

PROCESSOS DE ACULTURAÇÃO E AUTO-DETERMINAÇÃO DE REFUGIADOS EM PORTUGAL

2005

Monografia de Licenciatura

Ricardo Brilhante Dias

Instituto Superior de Psicologia Aplicada (Portugal)
Curso de Desenvolvimento Comunitário e Saúde Mental

Contacto:

ricardobrilhantedias@hotmail.com

RESUMO

É objectivo desta investigação, constituir uma análise dos Processos de Aculturação através dos suas quatro estratégias (Integração, Assimilação, Separação e Marginalização) e dos Processos de Auto-Determinação através dos seus estilos relatórios (Regulação externa, Introjecção, Identificação e Integração) de pessoas requerentes de asilo ou com estatuto de Refugiado em Portugal. Para tal, foram utilizadas duas escalas, em que foi possível concluir que os participantes da amostra sofreram incidências aculturativas significativamente altas, bem como de auto-determinação embora sem correlações entre si, demonstrando que à chegada ao seu país de acolhimento estes imigrantes passaram por momentos aculturativos para com a sua cultura de acolhimento diferentes, que sofreram alterações na sua maneira de ver o mundo, mas que ambos os factores podem não ter interacção entre si.

Palavras-chave: Aculturação, self-determination, refugiados.

INTRODUÇÃO

O trabalho monográfico aqui apresentado pretende constituir uma análise exploratória acerca dos Processos de Aculturação e Auto-Determinação de Refugiados em Portugal.

Escolheu-se a população refugiada e/ou requerente de asilo, não só por ser uma população muito pouco estudada, mas mais porque se destaca das demais histórias de imigração, por fugir à perseguição, à tortura, mas acima de tudo por ser uma comunidade de sobreviventes. Todos estes factores implicam mudanças de contexto fortíssimas e consequentemente levam a uma

necessidade de adaptação rápida e por vezes com implicações psicológicas no indivíduo que para além de tudo o mais, tem que superar um passado pesado. Numa tentativa de reflectir estas mudanças, escolheram-se duas teorias base que se pretende que espelhem não só o como o indivíduo se adaptou ao contexto do seu país de acolhimento, mas também a influência que este teve sobre este.

A Aculturação, enquanto processo adaptativo da pessoa ao contexto tem vindo a ganhar peso nas abordagens científicas como teoria explicativa de certos fenómenos de grupos e fluxos migratórios e das suas vivências e costumes nos países de acolhimento.

Por sua vez, a Teoria da Auto-Determinação, fornece-nos a ligação e a influencia que este contexto pode ter na vida do indivíduo. Segundo esta, o meio ambiente pode através de processos regulatórios de motivação externa ou interna ao sujeito, condicionar necessidades intrínsecas e consequentemente o comportamento.

Com a conjugação destas duas teorias base, com alguns dados demográficos, pretende-se aqui conduzir um estudo, que caracterize um pouco da realidade portuguesa e de alguns dos refugiados em território nacional.

Assim, a nossa amostra consiste em 17 participantes, com idades compreendidas entre os 18 e os 58 anos, reunidos num conjunto de 11 nacionalidades e que variavam a sua estadia em Portugal num intervalo entre poucos dias e o máximo de 8 anos.

Os instrumentos utilizados foram, para medir o factor aculturação o The East Asian Acculturation Measure (EAAM), de Barry, D. (2001), e para aceder ao factor Auto-Determinação, o estudo utiliza o The *Self-Determination Scale* (SDS) desenvolvido por Deci *et al* (1996).

A aplicação do instrumento, por necessidade, foi realizado em três contextos diferentes, variando desde o espaço de uma instituição, a um centro de assistência e ao contacto de rua, tendo se conseguido sempre com que a realização fosse feita com o tempo e a atenção que o instrumento necessitava, embora a certa altura se tenha tido que se proceder à sua tradução para o Francês, o Inglês e o Castelhana, dado que a maioria dos participantes não dominava o Português.

Dos resultados obtidos, é de salientar o índice de Aculturação bastante significativo, com um índice de Assimilação acima da média, e o índice de Auto-Determinação também muito Significativo. Sem que se tenham verificadas oscilações consoante a distribuição pelos dados demográficos estudados.

Em suma, todos os dados nos permitiram responder às nossas questões de investigação e assim, consequentemente, alcançar os objectivos propostos.

PROCESSOS DE ACULTURAÇÃO E AUTO-DETERMINAÇÃO ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

Aculturação

O tema da Aculturação, enquanto processo adaptativo do imigrante, na sua interação com contexto da cultura de acolhimento, tem sido dos temas mais desenvolvidos nas áreas das ciências sociais, o que levou ao longo das gerações de autores a um refinamento dos termos, bem como a um crescendo de descobertas e novos paradigmas.

Redfield & Herskovits (1938) formulam a que é considerada como sendo a primeira e das mais importantes conceptualizações do termo teorizando-o como “ o fenómeno que resulta quando grupos de indivíduos detentores de diferentes culturas, atravessam períodos de contacto directo, com consequências nos padrões da cultura de um ou ambos os grupos.” (*cit in* Berry, Poortinga, Segall & Dasen, 1992, p.271)

Segundo esta teoria fundamental, bem como o trabalho dos seus seguidores “a aculturação, na sua origem para ser definida como as mudanças a nível psicológico e social que grupo e indivíduos experimentam quando entram num contexto cultural novo e diferente do seu. Esta definição clássica pressupõe que a aculturação é um processo interactivo, de desenvolvimento, multifactorial e multidimensional” (Cabassa, 2003, p. 128).

Por seu lado, Moore (1987) refere-se a aculturação como referente à transferência dos elementos culturais de uma sociedade a outra. Segundo o autor estes podem-se dar desde a adopção de um vocábulo estrangeiro, à transformação total ou parcial de sistemas sociais. Hoje em dia, a forma principal de aculturação deve-se à modernização e ao desenvolvimento, que nos leva a praticar mudanças nas nossas sociedades motivadas por influências externas.”

Herkovikts (1973), refere-se ao processo como sendo um “fenómeno de encontro onde se produzem mudanças dramáticas quando dois grupos que pertencem a culturas distintas se relacionam entre si dando início á assimilação de uma cultura dominante frente a uma cultura receptora.”

Ainda segundo esta linha de pensamento, Dana (1993) teoriza que “a aculturação se define como um fenómeno psicossocial multidimensional que se reflecte nas mudanças psicológicas que ocorrem nos indivíduos como resultado do seu encontro com uma nova cultura.” (*cit. in* Bartolomé, 2000, p.30)

Segundo Bartolomé (2000), a aculturação “apresenta-se como um processo de mudança de atitudes e comportamentos que ocorrem, consciente ou inconscientemente em pessoas residentes em sociedades multiculturais ou que entram em contacto com uma nova cultura devido a

processos migratórios, invasões ou outras mudanças políticas.” Este autor, define ainda que não se podem assumir que estas mudanças psicológicas e sociais não sofram a influência das características individuais de cada um, teorizando que a aprendizagem e a mudança de atitudes se pode dar a três níveis:

- **Superficial:** aprendizagem dos costumes, acontecimentos sociais ou históricos das culturas.
- **Intermediário:** a aprendizagem afecta os aspectos mais centrais de uma pessoa, tais como preferência e uso de um idioma, etnicidade dos amigos, da esposa, preferência por diversões ou ambientes, etc.
- **Significante:** as mudanças que tem lugar situam-se ao nível dos valores e normas que afectam a percepção do mundo da pessoa e os seus padrões de interacção.

Para melhor compreensão destes termos, e antes de entrarmos especificamente nos modelos conceptuais ainda hoje seguidos no estudo da aculturação, mostra-se pertinente a exploração e entendimento dos factores contextuais que a envolvem e que segundo Cabassa (2003) “têm um impacto directo na forma do indivíduo se adaptar á nova cultura. Uma das questões principais a ter em conta é como o indivíduo aculturado, entrou nesse processo.” (Cabassa, 2003, p. 130)

Berry (1997) identifica três factores chave (voluntariedade, mobilidade e permanência), que influenciam a forma como os grupos entram neste processo cultural. Segundo o mesmo estudo, alguns indivíduos entram no processo de aculturação numa base voluntária (p.e., imigrantes, residentes temporários) ou são forçados a aculturar-se (p.e., refugiados). A entrada neste processo pode ser um movimento físico para um novo ambiente (p.e., imigrantes) ou devido à colonização de territórios (p.e., indígenas).

Berry & Sam (1996) Berry (1997,1998), acrescentam a esta visão que “não obstante as mudanças ambientais, culturais e económicas inerentes ao modo de entrada no país de acolhimento, em geral os processos de adaptação ás novas sociedades aparentam ser comuns a todos os grupos em aculturação. Esta perspectiva universal prevê que o que varia de indivíduo para indivíduo é o seu processo adaptativo, o nível de dificuldade (stress) experienciado e o resultado final. (cit in Cabassa, 2003, p.130)

Seguidamente, apresentamos a esquematização proposta por Cabassa (2003) da lista dos principais factores contextuais que devem ser tomados em conta quando estudamos os processos aculturativos nos diferentes grupos.

Contexto da Imigração Anterior	
Sociedade dos factores de origem	Ambiente Político Ambiente Económico Ambiente Social
<i>Factores Individuais</i>	Demográficos antes da imigração Razão da imigração Papel na decisão da imigração Conhecimento anterior ou contacto com a sociedade acolhedora Separação das redes de suporte social “Perda” de pessoas significantes

Tabela 1: Condições de Imigração Anterior

Fonte: Berry (1997), Berry e Kim (1988), Berry e Sam (1996), Drachaman (1992), Hardwood (1994), Hovey e King (1997), (cit.in Cabassa ,2003, p.131

Na Tabela 2 podemos analisar os factores no Contexto da Imigração:

Contexto da Imigração	Tipo de grupo de imigração Rota da imigração Nível de perigo da jornada de imigração Duração da jornada de imigração
Constituição do Contexto	
<i>Sociedade de Factores de Constituição</i>	Ambiente político Ambiente económico Ambiente social Políticas de imigração Atitudes da sociedade face aos imigrantes
<i>Factores Individuais</i>	Demográficos durante e depois da constituição Idade e tempo da constituição Legalidade e estatuto de residência Distância cultural entre a cultura de origem e a cultura de constituição Tempo na nova cultura Expectativas para a vida na nova cultura

Tabela 2: Condições de Contexto de Imigração

Fonte: Berry (1997), Berry e Kim (1988), Berry e Sam (1996), Drachaman (1992), Hardwood (1994), Hovey e King (1997), (cit.in Cabassa ,2003, p.131)

Segundo esta teoria base, para a compreensão das experiências aculturativas dos indivíduos, tem que haver a preocupação com o contexto em que processo acontece. Os factores aqui apresentados, deverão servir como orientadores no estudo de como os factores sociais e do

indivíduo, em cada nível do processo imigrativo, influenciam o processo aculturativo. O uso destes factores deve ser adaptado às experiências particular dos grupos em aculturação, quando estudados.

Tendo em conta tanto os factores contextuais como os inerentes ao indivíduo, Berry *et al* (1996,1997) afirmam que o processo aculturativo “ tem um duplo efeito; que afecta tanto a cultura do grupo como provoca mudanças a nível psicológico. Embora a aculturação possa provocar profundas mudanças no grupo, também os seus membros sofrem na medida em que vivem e se adaptam a essas mudanças.” (*cit in* Cabassa, 2003,p.129)

Feagin (1984) afirma então que na evolução da teorização da aculturação “duas abordagens fundamentais emergem, uma dando ênfase á assimilação e outra ao pluralismo cultural.” (*cit in* Dona & Berry, 1994,p.56)

Segundo a leitura de Dona *et al* (1994), “de acordo com a abordagem assimilacionista, grupos que contactam entre sí tornam-se similares um com o outro, mas sempre na perspectiva que é normalmente o grupo não-dominante que sofre as mudanças, no sentido de se tornar mais similar ao grupo dominante. Esta abordagem tem sofrido duras criticas como tendente à cultura dominante” (Dona *et al*,1994, p. 56).

Feagin (1984), comenta que “o termo assimilação, embora pareça neutral, está associado a uma ideologia dominante especialmente nos Estados Unidos, de que os “good groups” são aqueles que conseguem assimilar a cultura Africana (compreenda-se minoritária).” Paralelamente Gordon (1981) refere que “a ideologia da assimilação não é seguida pelos imigrantes que preservam a sua identidade étnica ao longo da sua vida” e que “algumas vezes chegam a reconstruir o seu ambiente nativo no seu novo país.” (Wickher & Schoch ,1987 *cit in* Dona & Berry, 1994, p.58).

Estas limitações às teorias assimilacionistas provocaram, em muito provocadas pelos movimentos civis vividas nos Estados Unidos, que no princípio da década de 70 do século passado novas abordagens, contrastantes com as de assimilação e marginalização, aparecessem. “Estes novos modelos, incluindo modelos de identidade racial e Biculturalismo, dão ênfase á ideia que a identificação com a cultura de origem dos grupos minoritários precisava de ser restabelecida para uma adaptação psicológica positiva” (Birman, 1994).

Segundo o mesmo estudo, “o Modelo Biculturalista, veio a redefinir a aculturação num processo de duas dimensões, no qual os indivíduos sofrem dois tipos de processos independentes de aculturação: um na cultura de origem e um na cultura de acolhimento. Desta maneira, é possível para um indivíduo em aculturação ser altamente aculturado nas duas, ou em nenhuma cultura” (Berry, Trimble & Olmedo, 1986; Mendoza, 1984; Szapocznik, Kurtines e Fernandez, 1980 *cit in*. Birman, 1994, pp.268-269).

No princípio da década de 80 do século XX, Berry aparece-nos com uma nova abordagem aos processos de escolha adaptativa, na teoria da aculturação, na mesma linha dos biculturalistas

e não tão redutores como os assimilacionistas, mas que se apresentavam como uma nova alternativa. “ Este modelo, especialmente relevante em sociedades plurais, propõe que tanto indivíduos e grupos que vivem juntos são confrontados com duas questões fundamentais: “Terá a minha identidade cultural suficiente valor para ser mantida?” e “será que deverei estabelecer relações positivas com a sociedade (dominante)?” embora estas questões possam ser respondidas por um contínuo gradual, de negativo a positivo, conceptualmente podem ser tratadas por opções dicotómicas do tipo sim/não” (Dona *et al*, 1994) (ver a figura 1).

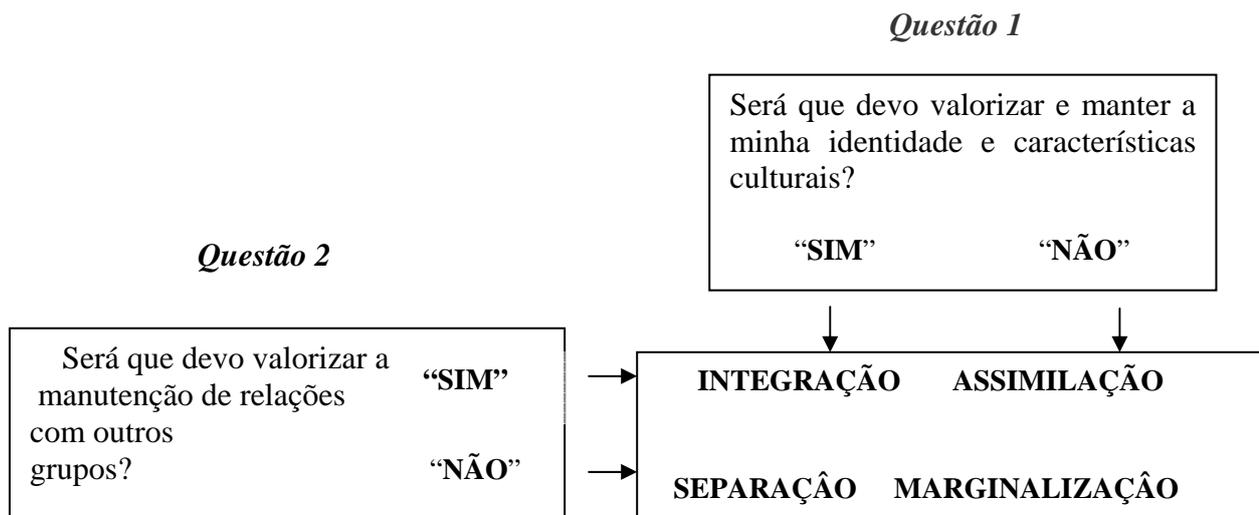


Figura 1. Esquema teórico para o estudo da Aculturação. (Dona *et al*, 1994)

Assim, ainda no mesmo estudo, os autores propõem-nos a seguinte leitura do esquema:

- Quando os indivíduos respondem “NÃO” à primeira questão e “SIM” à segunda, favorecem a abordagem de Assimilação. Isto quer dizer que prefeririam renegar a sua própria identidade cultural e aceitar a do país de acolhimento.
- Quando a resposta, às duas questões é positiva está presente a abordagem de Integração. Esta abordagem pressupõe o caso de os indivíduos quererem manter a sua identidade e ao mesmo tempo pertencer ao grupo societal maioritário.
- Quando a resposta à primeira questão é “SIM” e à segunda é “NÃO”, está presente uma abordagem de Segregação ou de Separação. Segundo esta abordagem o indivíduo não deseja a relação com a sociedade de acolhimento, mas mesmo assim deseja manter as suas tradições culturais.

- Quando a resposta é negativa a ambas as questões está presente uma abordagem de Marginalização, que se caracteriza pela total perda de contacto tanto para com a cultura de origem como com a dominante.

Berry *et al* (1984) vem definir duas dimensões de aculturação: uma de manutenção da identidade cultural de origem e outra de manutenção de relações com os outros. Estas duas dimensões, embora originadas por um mesmo processo adaptativo podem por vezes apresentar factores de divergência entre si, podendo mesmo ser dicotómicas, assim o autor considerou quatro estratégias/atitudes de aculturação (*cit in* Ward & Deuba, 1999, p.423)

Assimilação: em que o indivíduo ou grupo, aceita e absorve os valores culturais da cultura de acolhimento.

Separação: em que o indivíduo ou grupo, adere aos valores da sua cultura de origem, em detrimento à aceitação da cultura de acolhimento.

Integração: em que o indivíduo ou grupo, aceita e adere aos valores e normas culturais de ambas as culturas.

Marginalização: em que o indivíduo ou grupo não aceita nem adere aos valores de nenhuma das culturas, nem de origem nem de acolhimento.

É a constatação destas duas teorias, em métodos mensuráveis que irá originar o aparecimento dos dois modelos fundamentais no estudo dos mecanismos de aculturação.

“Basicamente, os mecanismos do estudo da aculturação, são a busca da compreensão do que acontece aos indivíduos que se cresceram num contexto cultural e que se tentam adaptar à vida num ambiente cultural. Como os indivíduos se adaptam a estas mudanças contextuais é o ponto fundamental das duas teorias aculturativas. Assim, duas perspectivas teóricas dominam a explicação e exploração destes processos complexos.” (Berry, 1998 *cit in* Cabassa, 2003, p.132).

A - Modelo Unidimensional

Enquadrado numa linha de pensamento assimilacionista, este modelo tem por base um processo de aculturação ainda com o ponto de vista fundamental de que o indivíduo no seu processo adaptativo tem quase que obrigatoriamente optar em viver segundo as suas características culturais em detrimento da cultura do seu país de acolhimento.

Segundo este modelo o processo aculturativo pode ser conceptualizado como um movimento ao longo de um *continuum*, variando desde a imersão do indivíduo da sua cultura de origem para a emersão na cultura dominante que o acolhe.

Ambos estes processos, tanto a imersão da sua cultura até á emersão na sua cultura de acolhimento são considerados como parte de um mesmo fenómeno, considerando-se que este processo afecta unicamente o grupo que está a ser aculturado. Por outras palavras, este processo unidimensional assume que a cultura do grupo minoritário não tem qualquer influência ou modifica a cultura dominante.” (Cortes, 1994; Marín e Gamba, 1996; Rogler *et al.*, 1991 *cit in* Cabassa, 2003, p.132)

Por outras palavras, este modelo afirma que a natureza do processo aculturativo, envolve sempre uma perda em domínios da cultura do indivíduo quando este entra em contacto com uma nova cultura, um pouca da linha de pensamento que se substituem, ou mesmo que ocupam um mesmo lugar na vida do indivíduo e por isso não podem coexistir. Mais especificamente, à medida que o indivíduo se move em direcção à cultura dominante, perde aspectos da sua cultura de origem.

“A limitação mais notada apontada ao modelo unidimensional é porque este confunde a adaptação à cultura dominante com a manutenção da cultura de origem.” (Cortes, 1994; Marín e Gamba, 1996; Rogler *et al.*, 1991 *cit in* Cabassa, 2003, p.132)

Esta adaptação, pode em alguns casos fazer surgir no individuo situações de duvida e confusão, situação essa que a natureza do método não contemplava, e é por isso que “os instrumentos baseados neste modelo falharam na análise de como os indivíduos vivem com os dois domínios culturais, enquanto vivem o processo aculturativo. Por exemplo, estudos que usaram o modelo unidimensional (p.e. “Acculturation Rating Scale for Mexican Americans), uma das mais usadas escalas nos estudos com imigrantes mexicanos nos Estados Unidos, impõe um modelo unidimensional perguntando aos participantes que avaliem sobre diferentes domínios (p.e., idioma, identidade gostos gastronómicos, musicais e programação televisiva) culturais numa só escala que varia entre Mexicano/Espanhol e Anglo/Americano.” (Cuellar *et al*, 1995 *cit in* Cabassa, 2003, p.133)

B - Modelo Bidimensional

É a partir das principais limitações ao modelo unidimensional, que a linha de pensamento bidimensional vem a surgir. “A perspectiva teórica deste modelo, é que a aculturação engloba duas dimensões independentes: a da manutenção da cultura de origem e a de adesão á cultura de acolhimento dominante. A manutenção da cultura é teorizada na medida em que cada indivíduo

valoriza e adere á sua própria cultura O ponto central neste constructo é a força com que cada indivíduo valoriza a manutenção sua identidade cultural e as características da sua cultura de origem. (Berry *et al*, 1996; Berry, 1997,1998 *cit in* Cabassa, 2003, p.133-134)

“Estas duas dimensões, medidas separadamente criaram o trabalho teórico que permite aos indivíduos carregarem duas peças de bagagem cultural ao mesmo tempo. A hipótese que está lhe subjacente é que estas duas peças dão aos indivíduos a opção de manter ou rejeitar a sua cultura de origem enquanto participam e adquirem valores, atitudes, e comportamentos relacionados com a cultura dominante. As medidas construídas desta perspectiva teórica são pensadas para capturar mais das realidades e mudanças inerentes no processo de aculturação.” (Berry e Sam, 1996; Rogler et al, 1991 *cit. in* Cabassa, 2003, p.134)

“A estipulação destas duas dimensões independentes facilita a medição dos processos que tomam lugar quando os indivíduos estão em contacto directo e contínuo com uma cultura diferente bem como as mudanças que tomam lugar quando os indivíduos tentam balançar entre a sua própria identidade cultural e a aquisição de novos valores, atitudes e comportamentos.” (Berry e Sam, 1996; Rogler et al., 1991, *cit. in* Cabassa, 2003, p.134)

“O modelo bidimensional, tal com criado por Berry e Sam (1996), fornece-nos mecanismos teóricos que organizam os processos de aculturação atravessando estas duas dimensões. È neste trabalho que se identificam as quatro estratégias de aculturação (Assimilação, Separação, Integração e Marginalização).” (Cabassa, 2003)

Com o estabelecimento destas quatro estratégias, baseava-se na pressuposição que o indivíduo tem liberdade de escolha dos seus próprios padrões culturais. A teoria parte de um principio que as culturas dominantes são sempre tolerantes e que todos os indivíduos têm a flexibilidade suficiente de se adaptar á sua cultura de acolhimento independentemente do que sentem á sua cultura de origem.

Por exemplo, num estudo realizado com 162 refugiados soviéticos judeus, Birman *et al* (2002), refere que na maioria das vezes os participantes viviam uma vida quase dupla entre os valores da sua cultura de origem e os valores da sua cultura de acolhimento acontecendo que durante o seu processo de adaptação, criavam processos de completa negação de ambos, mas mesmo assim tentavam corresponder.

As medidas de aculturação precisam de incluir medidas directas de factores contextuais que influenciam a aculturação (ver esquema da pag.4).

Outra limitação ao modelo bidimensional, também presente no modelo unidimensional é que a natureza dinâmica do processo de aculturação pode ser perdido quando este se tenta traduzir num instrumento de mensuração e /ou aplicado em designs de pesquisa multi-sectoriais. A Aculturação e as suas estratégias precisam de ser vistas como um processo de desenvolvimento que varia ao longo do tempo (Cabassa, 2003).

Arbex (1999) comenta, que a aculturação espontânea, a aculturação forçada ou a aculturação planificada jamais são independentes uma da outra, conotando uma importância extrema na influência que o meio externo pode ter no processo de adaptação ao indivíduo. Estes dois factores, quando analisados em conjunto demonstram coexistir numa dinâmica interna/externa ao indivíduo, podendo até se afirmar que cada uma delas só será válida na dependência da outra, em que os seus contactos só se poderão compreender quando analisados em conjunto e em interdependência.

Auto – Determinação

Num ponto de vista holístico, uma correcta adaptação ao contexto, por parte do imigrante, deve preservar a saúde e o bem-estar bio e psíquico do indivíduo. Para que tal aconteça este deve não só conseguir ajustar-se ao seu meio envolvente, mas também surge a necessidade a que este o estimule, e lhe favoreça ambientes e contextos de não opressão, que consequentemente seriam ambientes stressores. Desta maneira a Teoria da Auto-Determinação fornece ao estudo um ponto de análise de como o ambiente pode ou não influenciar o indivíduo, na análise do impacto que o contexto pode ter na vida do sujeito, neste caso através do comportamento motivado e seus processos de regulação.

Segundo Deci (2000) a Teoria da Auto-Determinação, pressupõe que existe um entendimento do comportamento motivado humano, fundamentado em processos de motivação intrínseca ou extrínseca ao indivíduo, baseados em três necessidades psicológicas inatas de Competência, Autonomia e Relação.

Segundo esta visão, as necessidades são o suporte fundamental para a criação das “condições necessárias para o crescimento, integridade e bem-estar psicológico. Este conceito de necessidades leva-nos à hipótese que diferentes processos de regulação (motivacional), básicos na busca do cumprimento de objectivos estão associados diferentemente com o funcionamento efectivo e bem-estar humano e também que o conteúdo de diferentes objectivos tem resultados diferentes na qualidade do comportamento e saúde-mental, porque diferentes processos regulatórios e objectivos estão associados com diferentes graus de satisfação de necessidades.” Por outro lado, o mesmo estudo afirma que “ os contextos sociais e as diferenças individuais que estão na base da satisfação das necessidades básicas facilitam os processos de crescimento natural incluindo o comportamento intrinsecamente motivado e a integração de motivações extrínsecas” (*cit in.* Deci & Ryan, 2000, p.227-228).

Este paradigma baseia-se na teoria que necessidades psicológicas inatas de **Competência, Autonomia e Relação** desempenham um papel fundamental na estabilidade psicológica e no bem-estar do sujeito...independentemente se o indivíduo as valoriza ou não estas três necessidades. Resumindo, a saúde mental requer sempre a satisfação destas três necessidades e se alguma delas for negligenciada poderá haver implicações na qualidade de vida da pessoa.

Ryan & La Guardiã (2000), defendem que quando alguma das três necessidades básicas é frustrada ou negligenciada num domínio específico ou em geral, o indivíduo demonstra uma deterioração de natureza específica motivacional e psicológica, incluindo diminuições na vitalidade, vontade, integração e bem-estar.

A teoria desenvolve ainda a ideia de motivação intrínseca como processo regulatório no comportamento humano motivado e dirigido para o cumprimento de objectivos. Segundo Deci (2000), a compreensão deste factor pressupõe a complementaridade entre duas teorias, uma primeira a de White's (1959) que parte do princípio que “muitas vezes os indivíduos iniciam e desenvolvem actividades simplesmente para experimentar sentirem eficácia e competência,” (*cit in Deci & Ryan, 2000, p233*)

De Charms(1968) vem a teorizar estas afirmações como “as pessoas têm uma propensão motivacional primária” que as leva à necessidade de “se sentirem como agente primário causal no que diz respeito às suas próprias acções”, e de uma segunda teoria de Skinner (1953), que afirma “todo o comportamento aprendido é resultado de reforço (positivos), em que o comportamento motivado intrinsecamente não é visto como dependente desse mesmo reforço, já que o cumprimento de uma actividade interessante já é por si só intrinsecamente recompensadora” (*cit in Deci, 2000*), teoria esta que se vem a contrapor à de Hull's (1953) que afirma que “todo o comportamento aprendido resulta da satisfação de necessidades psicológicas básicas” e em que a” motivação intrínseca resulta da operacionalização dessas mesmas necessidades” (*cit in Deci & Ryan, 2000, p.233*).

Assim Deci (1971), teoriza com base nas teorias anteriormente descritas que “A ideia que alguns comportamentos são interessantes por si, e por isso não precisam de reforço fornece-nos úteis e práticas definições de comportamentos motivados intrinsecamente, e que a ideia de necessidades psicológicas impõem o conteúdo aos processos motivacionais envolvidos neste mesmo tipo de comportamentos”concluindo que a “motivação intrínseca está relacionada com a prática activa de tarefas que as pessoas consideram interessantes e que isso, por sua vez, promove o desenvolvimento pessoal” (*cit in Deci & Ryan, 2000, p.233*).

Deci (2000) desenvolve então a teoria que “o comportamento motivado intrinsecamente é aquele que está directamente relacionado com o interesse do indivíduo, distanciando-se da sua consequência e que para ser mantido requiere a satisfação das necessidades de Autonomia e Competência” (*cit in Deci & Ryan, 2000, p.233*).

O constructo de necessidade de Autonomia, aparece-nos na Teoria da Auto-Determinação, a partir de estudos de Deci *et al* (1973) que sugerem que quando existem recompensas externas para o cumprimento de actividades interessantes, as pessoas tendem a sentir-se controladas por essas recompensas, passando a centrar a motivação para a elaboração dessas tarefas em factores que lhe são externos.

Desta maneira e segundo o mesmo autor, a pessoa, através da recompensa externa, percebe uma menor participação sua na tarefa e conseqüentemente perda de identificação e controlo para com a actividade, teorizado como diminuição da autonomia e sua percepção. O autor, afirma ainda que as estratégias motivacionais, tais como recompensas e ameaças diminuem a autonomia, podendo ter um factor inverso ao esperado, com conseqüências como uma diminuição na motivação intrínseca, baixa na criatividade, e empobrecimento da capacidade de resolução de problemas

A Teoria da Auto-Determinação utiliza o constructo de Autonomia, como referente a processos de auto-organização e auto-regulação facilitadores adaptativos do indivíduo ao ambiente que o rodeia. Segundo Maturana & Varela (1992), “Quanto mais autónomas as acções do indivíduo, maior será a especificação, processamento e hierarquização dada pelo indivíduo na relação entre as suas necessidades e o meio que o envolve” (*cit in* Deci & Ryan, 2000,p.254).

A linha de pensamento é que quando um indivíduo é autónomo, as suas acções são auto-organizadas (direccionadas) tanto os seus objectivos pessoais como para a elaboração de tarefas a que o seu meio envolvente o obriga. Por outras palavras, para o individuo actuar de maneira eficaz em contextos de mudança, não se pode esperar que apenas a motivação externa forneça respostas necessárias ás suas necessidades básicas.

Autonomia, aparece-nos então, como o processo auto-regulador do indivíduo, de carácter adaptativo ás mudanças contextuais, que lhe facilitam não só utilizar a motivação intrínseca como também lidar com os sistemas recompensadores positivos ou negativos fornecidos pelo exterior, com vista ao comportamento auto-determinado.

Sheldon, Ryan & Reis (1996) presumem que “às necessidades de competência e autonomia, quando satisfeitas, oferecem dois tipos diferentes de recompensas psicológicas. Visto que a necessidade de competência envolve o sentimento de que o indivíduo pode agir eficazmente e atingir os seus objectivos, a necessidade de autonomia envolve por seu lado sentimento que as actividades do indivíduo são escolhidas por ele e concordantes com os seus interesses.”

Directamente relacionada com a necessidade de Autonomia, a Teoria da Auto-Determinação propõe a teorização que também a necessidade de Competência, ou a sua percepção pelo indivíduo, pode influenciar de maneira repressora ou facilitadora de processos de motivação intrínseca, e conseqüentemente também dos seus processos adaptativos.

Deci (2000) refere que “as conseqüências adaptativas de uma relativa necessidade de competência é talvez a maior força impulsionador (do comportamento motivado) porque, um indivíduo interessado, aberto a novas experiências e a novas aprendizagens tem melhor capacidade de adaptação a novos desafios em contextos em mudança (*cit in* Deci & Ryan, 2000, p.252).

Vallerand e Reid (1984), acrescentam a esta teoria a noção de percepção desse mesmo tipo de processo teorizando que “a percepção do sentimento de competência é o resultado dos efeitos do feedback positivo ou negativo na motivação intrínseca.” Este ponto de vista é reforçado com

os estudos de Fisher (1978) que relacionam performance e feedback positivo e que concluem que “o feedback positivo realça os efeitos da motivação intrínseca apenas quando o indivíduo se sente responsável por uma performance competente” ou segundo Ryan (1982) estes processos “não acontecem de maneira a eclipsar os seus sentimentos de autonomia” (cit. in Deci & Ryan, 2000, pp.234-235).

Carver e Scheier (1990), “afirmam que existem benefícios na saúde das pessoas quando estas sentem que estão a progredir com a rapidez desejada, em direcção aos seus objectivos ou quando têm um sentimento de optimismo em relação a esses objectivos” em contraste á teoria de Abramson, Seligman & Teasdale (1978) que afirma que “ao sentirem que o comportamento e o desejo dos seus resultados não é acidental poderá conduzir o indivíduo a sentimentos de desamparo e falta de esperança no cumprimento da tarefa”...”o que poderá produzir muitas consequências negativas” (cit. in. Sheldon, Ryan & Reis, 1996, p.1271).

Desta maneira podemos assumir que “tanto as necessidades de competência e autonomia, quando satisfeitas, provocam dois tipos de recompensas psicológicas. Visto que a necessidade de competência envolve sentimentos de que o indivíduo age de maneira eficaz e direccionada aos objectivos, a autonomia envolve sentimentos que as actividades e objectivos do indivíduo são escolhidos por ele próprio e concordantes com os seus interesses “(Deci & Ryan, 1985) e valores. (Kasser & Ryan, 1996 *cit in* Sheldon, Ryan & Reis, 1996, p.1271)

A par da motivação intrínseca, a Teoria da Auto-Determinação pressupõe ainda que o indivíduo sofre no seu comportamento e percepção de escolhas um tipo de motivação fornecida pelo seu meio ambiente e regulada por processos de interiorização, as normas e valores, que lhe permitirão adaptar-se e agir auto-determinadamente nos contextos sociais a que pertence.

Ryan (2000), formula uma primeira distinção entre os dois tipos de motivação mencionados afirmando que “o termo motivação extrínseca refere-se à performance de uma actividade com vista á obtenção de um resultado, contrastante com a motivação intrínseca, que se refere à prática de uma actividade pela satisfação que está inerente á pratica dessa mesma actividade.”(*cit in* Ryan & Deci, 2000, p.71)

Deci (2000), acrescenta que “os comportamentos extrinsecamente motivados não são invariavelmente descontrolados, mas em vez disso, podem é variar entre graus entre a auto-determinação e o controlo. Para suportar esta hipótese a Teoria da Auto-Determinação formula uma concepção de motivação gradual e, que gira em volta do conceito de interiorização.” (cit. in Deci & Ryan, 2000, p.235)

Desta maneira o autor refere ainda que “a Teoria da Auto-Determinação propõe que tal como a motivação intrínseca, a interiorização é um processo activo e natural, em que o indivíduo tenta transformar as normas sociais em valores próprios e processos de auto-regulação.” (cit. in Deci, 2000, pp. 235-236), assumindo-se assim que através destes processos de regulação interna fornecerão as armas adaptativas necessárias não só para agir auto-determinadamente mas

também segundo as normas e valores sociais, sem que para isso sofra diminuições ou oscilações na resposta às suas necessidades fundamentais.

Assim, segundo Deci (2000) estabelecem-se quatro tipos de regulação:

a) Regulação Externa: O caso mais clássico da motivação extrínseca em que o comportamento do indivíduo é controlado por contingências externas específicas. Segundo este processo, o indivíduo comporta-se de maneira a alcançar uma consequência tangível de recompensa ou no evitamento de uma punição.

b) Introjecção: O processo introjectivo, descreve-se pela assimilação do indivíduo das contingências do meio que o rodeia. Segundo este processo, o comportamento humano é regulado auto-determinadamente também tendo em conta que nos processos de escolha o indivíduo age não só na tentativa de corresponder às recompensas e punições mas também porque assimila do exterior um conjunto de regras, exteriores ao seu *Self*, que se manifestarão segundo as circunstâncias.

c) Identificação: Este é o processo através do qual o indivíduo reconhece e aceita o valor subliminar do comportamento. Através deste processo de valorização, este comportamento, o indivíduo terá um maior nível de aceitação para com ele e conseqüentemente de maior identificação. Desta maneira, a interiorização dar-se através de um comportamento autónomo mas ao mesmo tempo extrinsecamente motivado, já que continuará a ser uma operacionalização do meio exterior, mas que neste caso se manifesta saudavelmente ao bem-estar do indivíduo.

d) Integração: Esta é considerada a mais completa e complexa forma de interiorização da motivação extrínseca, porque envolve não só a identificação para com o valor inerente ao comportamento e sua importância, mas também a sua integração por parte do indivíduo. Através deste processo, o indivíduo aceita completamente as circunstâncias do comportamento como as interioriza de maneira harmoniosa e coerente com os seus próprios valores e identidade.

Destes quatro estilos regulatórios e assumindo a importância da interiorização tanto na percepção de experiência do indivíduo na prática de actividades como dos resultados esperados percebidos, a questão principal passa a ser a de promoção de comportamentos autónomos em comportamentos extrinsecamente motivados.

Ryan (2000) desenvolve a ideia que existem condições sociais que podem promover ou inibir tanto a interiorização como a integração. “Porque os comportamentos extrinsecamente motivados,

não são, normalmente interessantes, a razão primordial pela qual as pessoas praticam estas actividades é porque estes comportamentos são incitados, modelados, ou valorizados por aqueles a quem o indivíduo se sente, ou quer sentir, relacionado. Isto sugere-nos que a Relação, como a necessidade de pertencer ou relacionar com outros, é de uma importância central na interiorização.” (cit in Ryan & Deci, 2000, p.73)

Do ponto de vista organicista da Teoria da Auto-Determinação, a necessidade de relação, similar em alguns pontos á de competência, aparece-nos por Ryan, Kunh *et al* (1997) como “parte de tendência organizacional mais geral, evidente na vida dos indivíduos, enquanto seres sociais”...”que se organizam (regulam) e são organizados em função a uma identidade social” (cit in Ryan & Deci, 2000, p.73)

Esta necessidade inata, aparece-nos descrita por Stevens & Fiske (1995) como sendo “ a tendência para colaborar com o grupo a que se pertence, a capacidade de se sentir relacionado e pertencente a esse grupo, interiorizando as necessidades e valores de forma a se poder coordenar com os outros”, de forma a que possa haver uma interdependência na elaboração e execução de tarefas essenciais ou importantes á sobrevivência dos membros desse mesmo grupo (cit. in Deci & Ryan, 2000, p.235).

Refugiados e Requerentes de Asilo

Se bem aceites como diferentes pela comunidade científica internacional, a figura do refugiado e a do imigrante muitas vezes é estudada com extrapolações de resultados de um grupo para o outro nos diversos campos e estudos. Assim e devido às características inerentes à historia de vida de um refugiado, quase nada tem sido feito quanto aos processos aculturativos, e não tendo sido nada encontrado que fundamente afirmações que sustentem a análise no campo dos processos regulatórios motivacionais, resta-nos o enquadramento na realidade dos Sistemas de acolhimento europeu e nacional, e algumas ideias que por ele são sugeridas.

Assim a separação entre as situações do refugiado e do imigrante mostram-se quase como antagónicas, embora muitas vezes sejam mencionadas como sinónimos ou complementares um do outro.

“ Hoje em dia, as pessoas migram devido a razões idênticas àquelas que outrora incitaram dezenas de milhões de europeus a abandonar as suas terras. Elas fogem ás guerras ou à opressão, ou partem à procura de uma vida melhor numa nova terra.” (Annan, K. 2004, cit in CPR p.1).

O estatuto de refugiado, elaborado pela convenção de Genebra em 1951, define como “refugiado é todo aquele será todo aquele que receando com razão ser perseguido em virtude da sua

raça, religião, nacionalidade, filiação em determinado grupo social ou pelas suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir protecção desse mesmo país.” (Morais, 2003, *cit in* CPR p.3).

De facto o imigrante é “aquele que não necessita de protecção internacional, pois deixa voluntariamente o seu país de origem por outras razões que não as mencionadas na definição acima referida, nomeadamente económicas.” (Morais, 2003, *cit in* CPR p.3).

Desta maneira podemos separar os dois grupos tendo em consideração o elemento básico que leva a pessoa a tomar a decisão de abandonar o seu país de origem, o elemento vontade. O imigrante quando abandona o seu país fá-lo de maneira voluntária, em busca de melhores condições de vida, na maioria das vezes por razões económicas ou financeiras, enquanto que o refugiado é aquele que se vê obrigado, a fugir voluntariamente, muitas vezes de forma repentina e nada programada do seu país, devido a uma situação de opressão ou ameaça que não lhe permite viver em segurança no seu país de origem.

Assim e segundo números do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados existem no mundo 50 000 000 de refugiados, estando cerca de 25 000 000 a 30 000 000 em campos de transito ou asilados em países africanos e o resto espalhados pelos continentes europeu, asiático e americano.

Originários maioritariamente de países do norte de Africa, Marrocos, Algéria, Tunísia, Líbia e Maurítânia, parecem querer mover-se maioritariamente para os países da União Europeia, talvez na busca do paraíso democrático e de contextos de paz, embora ainda existam muitos fluxos na direcção do norte do continente americano, principalmente de comunidades ou sujeitos de nacionalidades sul-americana.

No caso específico do continente europeu 700 000 de pessoas em 1992, 280 000 pessoas em 2003, são os números da Nações Unidas, que quantificam a massa humana que passa para o espaço da comunidade, maioritariamente pelas zonas de Ceuta, Canárias, Grécia e Itália, seja por mar, ar ou terra, literalmente arriscando a morte em cenários que muitas vezes passam pelo contrabando mafioso de seres humanos, embarcações rudimentares sobrecarregadas de pessoas ou documentação falsificada, em fuga da guerra, opressão e ou miséria extrema.

Pessoas que recorrem á sua ultima hipótese de sobrevivência, a fuga, muitas vezes não planeada que as deixa além de completamente depejados de todos os seus bens, á mercê de oportunistas e da sorte ao entrar ou não no país que procuram.

Ao analisarmos os números, dá-nos a sensação de que têm diminuído e que a luta pelos direitos humanos e os casos de chegada de refugiados ao espaço da Comunidade Europeia tem diminuído, porem gabinetes que monitorizam os fluxos migratórios para o espaço Shengen dão-nos a visão real dos acontecimentos. Assim, é legitimo perguntar que politicas têm sido tomadas neste sentido e quais os factores que influenciam estes resultados.

A programação das acções do Conselho Europeu para as migrações delimitou, na década de noventa, medidas organizadas a partir de dois tratados base, que dividiam o Programa Europeu na área dos refugiados em dois momentos fundamentais, uma primeira fase de legislação e amadurecimento de ideias base, estabelecido no tratado de Tampere em 1999, e uma segunda fase de acção adoptada já no ano de 2004, na cidade de Haia.

Como comentado pela Comissão Europeia, o ano de 2004 assinala um marco importante na construção de uma política comum europeia de asilo e imigração, já que nos encontramos na transição entre as duas fases fundamentais do seu desenvolvimento.

Por um lado, há um contexto institucional e político com um novo Parlamento Europeu a querer ter força e a querer desempenhar um papel importante nas decisões, como a adopção pelo Conselho da Europa do Tratado Constitucional.

Por outro lado, estamos na encruzilhada entre a primeira e a segunda fases da deliberação das políticas comuns de imigração e asilo. O Conselho Europeu de Tampere afirmou objectivos, pormenorizou as orientações políticas e traçou medidas concretas, outro Conselho Europeu, reunido em Bruxelas no início do mês de Novembro, concluiu um programa para os cinco anos seguintes.” (Abbing, F. 2004)

Segundo o estabelecido em Tampere, determinou-se a necessidade de um Sistema Comum de Asilo que assentava em quatro instrumentos legais fundamentais; A Directiva das Condições de Recepção, a Directiva do Procedimento de Asilo, a Directiva de Qualificação e a Regulamentação de Dublin II com o Sistema Eurodac que o suportaria.

Todos os quatro instrumentos pretendiam elevar o campo do asilo. A aspiração foi criar padrões mínimos que respeitassem integralmente a Convenção de Genebra e que fornecessem instrumentos práticos a serem utilizados no futuro já com uma Comunidade Europeia a 25.

Os objectivos de Haia, pretendem por sua vez reflectir os de Tampere: protecção para os que precisam, melhor gestão dos fluxos migratórios, forte política de integração e controlo das fronteiras externas, mas clarificam e determinam algumas novas prioridades.

O Programa de Haia centra-se basicamente num conjunto de acções que embora intensifiquem a segurança e a prevenção ao fenómeno do terrorismo, baseia-se nos direitos fundamentais como estão estabelecidos na Convenção Europeia dos Direitos Humanos e na Carta dos Direitos Fundamentais bem como na Convenção de Genebra sobre os Refugiados.

Estas práticas deverão ser sustentadas, segundo o mesmo Programa, por uma maior proximidade com as ONG'S com uma escuta mais activa e com maiores níveis de participação dos seus técnicos e profissionais na elaboração dos instrumentos, mas também com o estabelecimento de normas mínimas, procedimentos comuns, instrumentos e medidas de análise uniformes que permitam a sustentabilidade de uma troca de informações e estatísticas entre os Estados Membros.

Por ultimo o Programa prevê o estabelecimento de uma rede de funcionários da área, fora da Europa, que ajudem no repatriamento, as saídas de pessoas e o controlo da imigração bem como da inserção obrigatória de políticas de imigração, em todos os acordos com países terceiros, em que se pretende o estabelecimento de novas políticas de repatriamento, bem como das directrizes estabelecidas pela convenção de Tampere.

Finalmente põe-se a questão do Porquê da diminuição de número de refugiados?

Algumas teorias descrevem a situação como consequência de um novo contexto sócio-institucional dentro da própria União Europeia com a ascensão de partidos de extrema-direita com políticas xenófobas e exclusivas de imigrantes, mas também outros factores que se espelharam nas medidas tomadas pela União Europeia vieram contribuir como as resoluções provenientes do clima gerado pelo 11 de Setembro e 11 de Março, aparecimento de máfias em países que ate ao momento não tinham sofrido com essa situação, etc...

Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, esta situação baseia-se em muito de políticas de restrição ao espaço da Comunidade, pouco facilitadoras, em que a figura do requerente de asilo ou de estatuto de refugiado muitas vezes encontra na burocracia o maior dos seus impedimentos.

Uma das suas maiores criticam centra-se nas Políticas de asilo, que demonstram ser na prática difíceis de aceder, muito morosas e com demasiados entraves burocráticos quase intransponíveis para quem se encontra no papel de requerente de Estatuto de Asilo.

A transposição das políticas europeias para as nacionais demonstra ser bastante difícil ou quase impossível dado que o legislador produz leis demasiado abrangentes e/ou que não conferem com a realidade prática de cada estado membro, dado que a uniformização das práticas ainda não está concluída.

Políticas europeias que partem do principio de suspeição o que torna as leis mais exclusivas que integradoras. (ONG'S também suspeitam). Aparece o duplo estigma: o de ser refugiado, o que só por si já é um factor de estigma, mas também o de se poder ser um falso refugiado.

Não existe uma política de distribuição de asilados dentro da Comunidade Europeia, acontecendo que haja muitos asilados em alguns países em contra a baixa percentagem noutros.

Políticas de securitarismo, colocam muitos entraves, e não têm em conta que os próprios refugiados são vitima, dada a sua natureza, de terrorismo na sua terra de origem, pós acontecimentos do 11 de Setembro e 11 de Março.

E finalmente a mediatização dos conflitos condiciona, na prática, muito os apoios financeiros financiados pela Comunidade. Quando a União Europeia corta os fundos a um país, para a ajuda humanitária vai fazer com que no país necessitado as condições de vida se degradem

e assim se torne ainda mais apetecível fugir para um país mais rico. Este facto condiciona a prevenção ao problema, sem que se permita a correcta integração apenas produz uma nova imigração para um outro país e conseqüentemente o reiniciar de um processo de adaptação.

A Comunidade Europeia prega ser o paraíso dos Direitos Humanos, mas entretanto, na prática, não demonstram vontade em ajudar as suas antigas colónias, em muitos casos mergulhadas em conflitos que duram desde a época da descolonização ou que vivem épocas de pós-conflito, agindo apenas nos momentos em que os seus nacionais estão no território e em perigo.

O Conselho Europeu para os Refugiados e Exilados – ECRE, apresenta uma apreciação crítica no que tem sido feito até á data, em que as medidas de Haia não têm sido capazes de corresponder.

A primeira é que as medidas de prevenção ao tráfico de seres humanos, imigração ilegal, máfias são inexistentes ou ineficazes. Este é uma fenómeno que cada vez mais prolifera no espaço comunitário, e cujas as leis de promoção de segurança não alcançam.

Existência de demasiado e opressor controlo e sanção por coimas dos transportadores legais, tornado os caminhos de fuga marginais, mais apetecíveis.

Uma Política de Vistos, segregadora e discriminatória em relação aos países mais pobres que na prática são os maiores produtores de refugiados, política esta que de certa maneira age antagonicamente com o papel que a União Europeia proclama no mundo. Existe a necessidade premente da tomada de decisões comum, os Estados Membros devem partir de um princípio de prevenção em relação ao problema e tomar medidas, que partam desde a lei, de uma tomada de consciência que a problemática dos refugiados começa no seu país de origem, e que nesse contexto também tem de se intervir com a participação de todos, gerir e não, reagir.

Por fim uma Sociedade civil com pouca participação em medidas de combate á problemática, estigmatizadora dos refugiados muito por falta de informação mas também pelo papel a que normalmente é conotado o refugiado no seu país de acolhimento.

A situação de Portugal distingue-se um pouco das situações dos outros Estados Membros com entre uma e duas centenas de requerentes de asilo por ano, maioritariamente originários da Serra Leoa, PALOP's e muito recentemente com fluxos migratórios de países da Europa de Leste, Portugal é bem o espelho das directrizes Comunitárias, com um sistema moroso e actuação na problemática em baixa escala, quase só garantida por ONG'S e entidades religiosas.

Segundo dados do Conselho Português para os Refugiados, esta população distribui-se equitativamente por ambos os sexos, com uma distribuição uniforme por classes etárias.

Em termos de Habilitações, os refugiados em Portugal, apresentam qualificações académicas muito variadas, desde o ensino preparatório ao grau académico superior, com uma

distribuição de maior grau de escolaridade nas comunidades de Leste da Europa e Sul-Americanas em contraste com os de origem Africana e Sub-Shariana.

No plano do enquadramento jurídico, cabe ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – SEF, num prazo de 20 dias, cinco se for num posto fronteiriço, a inadmissibilidade ou não do requerimento do estatuto, mas na verdade muitos são os casos observados em que estes limites se prolongam por vários meses, deixando o requerente entregue ao Sistema Nacional de Acolhimento e aos seus serviços de integração.

Com um sistema muito assente nas valências do Conselho Português para os Refugiados – CPR e suas Parcerias, o requerente de Asilo em Portugal tem ao seu dispor um sistema de apoio que vai desde o Centro de Acolhimento, apoio de emergência social, procura de emprego, formação em língua portuguesa e informática, encaminhamento nas questões de saúde mas apenas para aqueles cujo estatuto fora aceite, ou ainda em apreciação.

Por outro lado temos aqueles, cujo requerimento tenha sido deferido pelo SEF e se encontrem em fase de recurso, estes apenas encontram respostas concretas no Serviço Nacional de Apoio ao Imigrante, já que a indefinição do seu estatuto não lhes permite o acesso continuado aos serviços de integração do sistema de acolhimento, e depois e em muitos casos o tempo de reapreciação do caso ultrapassa os prazos de estadia legais previstos.

Segundo a Comunicação da Comissão Europeia (2005) ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao comité das Regiões, relativa á imigração, á integração e ao emprego, a população refugiada em Portugal, sofre das mesmas dificuldades que as demais comunidades imigrantes em território nacional.

As principais observações são de que esta população “defrontam-se com grandes problemas no que respeita ao reconhecimento das suas habilitações académicas. Para além disso, o problema do domínio da língua do país de acolhimento mantém-se, muito frequentemente, o primeiro obstáculo a uma boa integração.”

Pelo mesmo documento, a Comissão assinala ainda que todos estes processos, levam a uma difícil acesso ao mercado de trabalho, em que se valoriza pouco a experiência e as qualificações, e pouca sensibilizada pelas entidades patronais para a diversidade e para com as vantagens (conhecimentos linguísticos, multiplicidade de competências, etc) que os imigrantes e os refugiados podem trazer.

Maus acessos a Serviços de saúde e assistência social, em que “as populações imigrantes podem ter problemas de saúde específicos (más condições de vida, problemas resultantes da incerteza e insegurança em que se encontram) embora, muitas vezes tenham dificuldades em aceder a serviços de saúde e assistência social de qualidade.”

Todo este contexto, obriga em ultimo caso, e por exemplo nos casos dos requerentes cujo requerimento tenha sido deferido pelo SEF e se encontrem em fase de recurso, uma falta de

recursos económicos, que com o passar do tempo poderá levar a casos de pobreza extrema, que agravada com a inacessibilidade aos Vistos, poderá conduzir á ilegalidade.

III – MÉTODO

O presente estudo de natureza não-experimental pretende através da análise quantitativa dos resultados obtidos da testagem das Variáveis (dependentes e independentes) pelas escalas do instrumento, contextualizadas nos teorias descritas na revisão bibliográfica e nas apreciações retiradas através da pesquisa etnográfica, estabelecer conclusões que fundamentem os objectivos do estudo.

Para a recolha de dados que permitissem responder ás questões de investigação das escalas e subescalas do instrumento, procedeu-se a uma abordagem de natureza quantitativa, de maneira a se poder mensurar os índices dos processos de aculturação e auto-determinação na amostra.

Por outro lado, e de maneira a se contextualizar o mais possível esses processos, o momento da aplicação do inquérito, variou de uma selecção de amostra do tipo por conveniência, para um tipo de amostragem *Snowball*, sustentado por um tipo de pesquisa de natureza etnográfica.

Objecto de Estudo

Desde um passado ainda muito recente, mas cada vez com mais incidência, as políticas e estratégias de acolhimento dos países ocidentais ao imigrante centram-se na criação de infra-estruturas e medidas que visam á sua integração. Os modelos integracionistas têm como base o reconhecimento que este é o processo de adaptação mais desejável, tanto na salvaguarda do bem-estar psicológico do imigrante, mas também para uma sua correcta inserção na sociedade que o acolhe, que permitindo ao estrangeiro um processo de integração ficara a lucrar com um membro útil e activo para o país.

Embora a Sociedade Civil, e muitos dos serviços de apoio ao imigrante não o contemplem ou simplesmente não estejam preparados para o reconhecer, o Refugiado ou Asilado é um imigrante cujas razões de saída do seu país de origem em muito diverge o imigrante comum no nosso país. Muitas vezes, a fugir de situações que põem em risco a sua própria vida, parte da sua terra natal num carácter de emergência, muitas vezes sem destino definido, e na maior parte das vezes sem preparação ou planeamento para a partida, vendo-se forçado a deixar á força um lugar onde mesmo entre os seus era um excluído. Toda esta situação, deixa na maioria das vezes marcas profundas no bem-estar psicológico do indivíduo.

Se para além disso no país de acolhimento, as vivências do refugiado continuam a não melhorar. Por um lado continua a ter que lidar com as cicatrizes da saída do seu país de origem

mas agora agravadas por todo um conjunto de factores como uma nova língua, novos costumes, novo mercado de trabalho, etc, com que tem que lidar com vista a uma correcta adaptação a um novo contexto.

Posto isto, o investigador considerou pertinente o presente estudo junto da população refugiada e requerentes de asilo em Portugal, no sentido de uma tentativa de exploração dos fenómenos anteriormente descritos.

Desta maneira, o refugiado ou o requerente de asilo em Portugal aparece-nos como uma pessoa cujo processo de adaptação tem características que em muito diferem das demais comunidades de imigrantes, devido ao seu passado e cujo o ambiente e sociedade civil que o acolhe não se tornam facilitadores para uma integração harmoniosa e saudável do ponto de vista psicológico.

Objectivos do Estudo

Pretende-se com este estudo, e através da análise dos processos avaliados a análise dos dois factores, externos ao individuo que nos permitirão por um lado através da Escala de Aculturação analisar o processo de adaptação que a amostra atravessa, e ao mesmo tempo estudar de que maneira o meio envolvente o facilita em questões de processos regulatórios motivacionais.

Desta maneira pretende-se concluir se realmente o sistema de acolhimento ao refugiado consegue proporcionar a correcta integração e ao mesmo tempo se estes processos são acompanhados por um bem-estar no indivíduo facilitado por processos de comportamento motivados pelo seu meio envolvente e pelas pessoas que o compõem.

Para além disto, o estudo visa uma tentativa de explicação dos fenómenos através de uma abordagem conceptual exploratória das realidades e sistemas de acolhimento em Portugal a esta população.

Amostra

Seleção da Amostra

No presente estudo, com vista a alcançar os objectivos propostos e atendendo às especificidades da população em causa bem como á diversidade de contextos em que se movimenta,

o investigador optou por um conjunto de procedimentos metodológicos que reúnem características tanto do método quantitativo, mas também uma abordagem á população de natureza etnográfica.

Com esta ambivalência de procedimentos, pretendeu-se que a investigação conseguisse alcançar uma recolha de dados através de um método que mensurasse os dois tipos de processos em causa nas questões de investigação, mas ao mesmo tempo se reunisse uma visão naturalista que contextualizasse esses mesmos resultados nas realidades dos participantes.

Para a análise dos procedimentos metodológicos podemos dividir a construção da amostra em três momentos fundamentais. Um primeiro de estabelecimento do universo da amostra. Um segundo em que se reuniu um grupo de participantes, facilitado pelo Conselho Português dos Refugiados, mas que por não reunir um numero suficiente de pessoas remeteu o investigador á procura de mais participantes que recolhesse os requisitos pretendidos. E por ultimo, um terceiro momento, muito mais alargado no tempo, que levou o investigador ao trabalho de terreno (*Fieldwork*)¹, que através de um processo de recolha de amostra diferente do obtido no primeiro dos momentos aqui descritos permitiu alargar a amostra final recolhida.

Desta maneira o primeiro passo e para o estabelecimento de um universo de estudo e definição de população, foi a de se ter uma *base de amostragem*². A base de amostragem deste estudo seriam os requerentes de asilo ou refugiados em território nacional no momento do estudo, que segundo dados recolhidos pelo investigador junto das estancias de acolhimento e controlo deste tipo de população rondaria as dezenas de entradas por ano. Dado este facto, e pela volatilidade de pessoas que conseguem de facto a cedência do estatuto em Portugal, bem como as que ao se nacionalizarem portuguesas perdem este estatuto, a população ao dispor da investigação para efeitos de amostragem ainda reduziu para um grupo mais baixo, que não sendo quantificável se estimou entre uma e duas centenas de pessoas.

Posto o estabelecimento do universo da amostra, estabeleceu-se que o método de recolha de dados mais indicado aos objectivos pretendidos seria um que mensurasse os dois processos envolvidos nas questões de investigação, mas que ao mesmo tempo fossem contextualizados o mais próximo da realidade possível, de maneira a proporcionar ao estudo, conclusões o mais verosímil possível.

Após este primeiro momento e já com os instrumentos de mensuração adaptados, o estudo passou por uma fase de recolha de dados por *amostragem por conveniência*³. Neste momento procedeu-se á aplicação do inquérito a um grupo de pessoas que se encontravam sob a alçada de um Centro de Acolhimento, que entrevistados individualmente, e preenchendo todos os requisitos

1 Fieldwork é uma técnica de investigação, que se pode definir como “trabalho com as pessoas no seu contexto natural”.(Bickman, 1998, p.479)

2 Uma base de amostragem é uma lista dos membros da população em estudo e que é utilizada para seleccionar a amostra. (Moreira, 1994, p.76)

3 Neste método “a amostra é seleccionada em função da disponibilidade e acessibilidade dos elementos que constituem a população-alvo. (Reis et al,1996,p.267).

impostos pela investigação permitiu a recolha de uma amostra de dez participantes.

Contudo, e porque o conjunto da amostra reunido até então não reunia o número de participantes pretendido, o investigador através da figura de um *Informante*, conhecido através de um dos participantes intervenientes no primeiro grupo inquirido, permitiu a reunião por um processo de amostragem *Snowball*⁴ alcançar o restante da população que compõe o total da amostra recolhida.

Neste momento o estudo, que primeiramente adquiriu as técnicas de recolha de informação de carácter quantitativo, com a presença de uma maior proximidade à população que não estando reunida em ambiente de Centro de Acolhimento, estava inacessível pelas fontes institucionais, teve que adquirir aspectos que normalmente estão associados aos métodos de amostragem qualitativo. Foi também nesta altura que foi permitido ao investigador, dado as técnicas de pesquisa de *Fieldwork*, ficar a conhecer por dentro o dia a dia de um refugiado/requerente de asilo que não está sob a alçada de nenhuma instituição.

Neste momento, o processo de recolha de população e recolha de dados, passou por uma fase de reconhecimento no terreno dos lugares comuns a este tipo de população. Para isto, e ainda com a figura do *Informante*, o investigador deslocou-se a dois contextos totalmente diferentes do Centro de Acolhimento. Um primeiro foi o do Centro Porta Amiga da AMI, que pela sua valência de cantina, oferece a oportunidade de conhecer pessoas em situação de exclusão ou sem-abrigo, que normalmente serve um tipo de população de poucos ou nenhuns recursos. Durante trinta dias, o investigador permaneceu no espaço de espera do Centro, com a população beneficiária da valência, tendo sido possível o contacto com três pessoas com o estatuto de refugiado e a realização do inquérito às mesmas.

Ao mesmo tempo, e ainda durante mais um mês, o investigador deslocou-se à Praça do Martim Moniz, reconhecido como um espaço de encontro das comunidades imigrantes residentes em Lisboa e arredores, principalmente durante os horários da tarde e da noite, dado o facto de serem horários de grande afluência aquele espaço.

O contacto com a população do espaço foi facilitado por um *Informante*, parte da amostra, que havia sido conhecido no Centro Porta Amiga da AMI, a partir daí e através da abordagem directa das pessoas ao longo dos dois meses de estadia no terreno, foi ainda possível conhecer mais quatro pessoas com o estatuto de refugiado, e a realização do inquérito às mesmas.

Assim constituiu-se uma amostra não aleatória, composta por indivíduos de ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 18 e os 58 anos, reunidos num conjunto de 11 nacionalidades e que variavam a sua estadia em Portugal num intervalo entre poucos dias e o máximo de 8 anos.

⁴ Este método de amostragem consiste em “escolher inicialmente os inquiridos de modo aleatório e numa segunda fase escolher respondentes adicionais a partir da informação obtida dos primeiros.” (Reis et al, 1996, p.269)

Caracterização da Amostra

De modo a reunirmos alguns dados, de forma rápida e que nos permitissem caracterizar os participantes, o nosso questionário continha algumas questões que nos permitem retirar as seguintes conclusões:

A a partir dos dados obtidos referentes á Idades, produziu-se o seguinte gráfico:

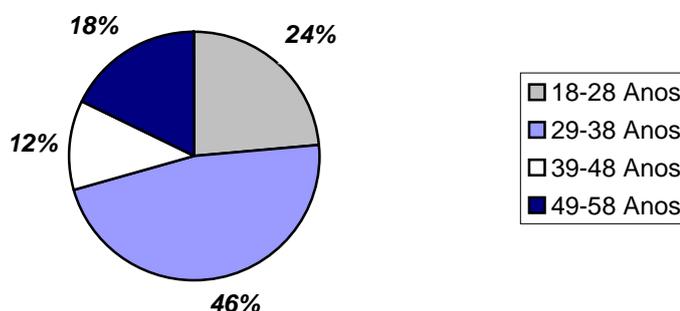


Gráfico 1: Caracterização da distribuição na amostra da variável Idade.

Para melhor leitura dos dados referentes a esta característica, achou-se pertinente categorizar as idades em quatro subcategorias ([18-28]; [29-38]; [39-48]; [49-58]), e através da análise dos dados recolhidos, podemos concluir que a maior parte dos participantes tem idade compreendida entre os 29 e os 38 anos, 46% designadamente, com um total de 8 participantes, sendo a subcategoria 39-48 anos a que detém a minoria do total de participantes, com 12% designadamente, com 2 pessoas.

Com base nos dados obtidos referentes ao Género, produziu-se o seguinte gráfico:

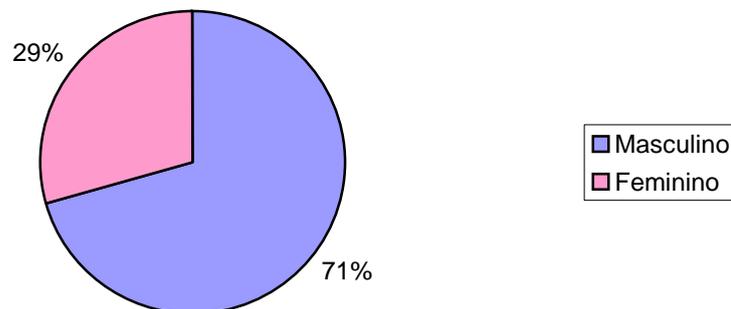


Gráfico 2: Caracterização da distribuição na amostra da variável Género (%).

Através da análise do gráfico 2, podemos concluir que a maioria dos participantes é de sexo masculino, com 71% do número total designadamente, perfazendo um conjunto de 12 indivíduos, constituindo-se uma minoria de participantes do sexo feminino, com um total de 5 participantes, perfazendo apenas 29% da população total do estudo.

Com base no cruzamento dos dados obtidos pelas questões referentes à Idade e ao Género, produziu-se o seguinte gráfico:

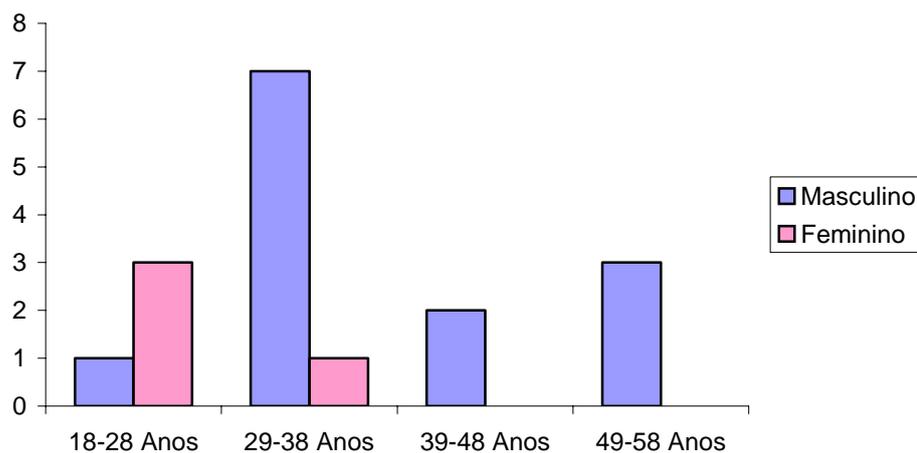


Gráfico 3: Caracterização da distribuição na amostra das variáveis Género e Idade.

Através da leitura do gráfico 3, que cruza os dados recolhidos nas questões referentes à idade e género contidas no nosso instrumento, podemos concluir que a maior parte dos

participantes neste estudo são do sexo masculino e idades compreendidas entre os 29 e os 38 anos, realçamos também o facto de só existirem participantes do sexo feminino nas categorias 18-28 e 29-38 referentes à idade.

Com base nos dados obtidos referentes à Nacionalidade, produziu-se o seguinte gráfico:

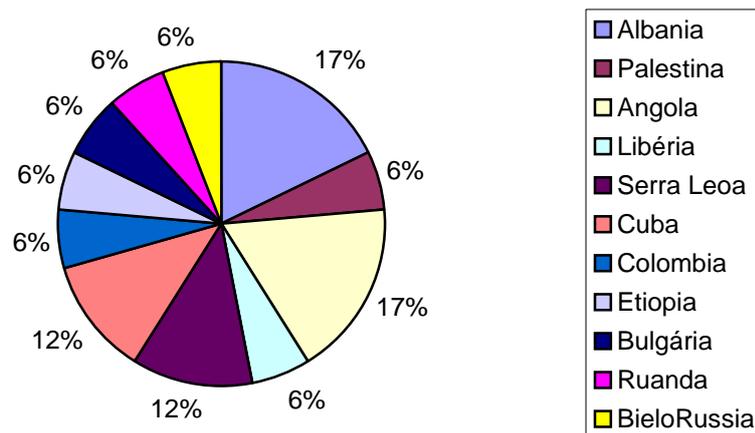


Gráfico 4: Caracterização da distribuição na amostra da variável Nacionalidade (%).

Através da análise do gráfico 4, podemos concluir que as nacionalidades mais presentes no nosso estudo foram as de Angola e Albânia com 17% designadamente, contrastando com um conjunto de 7 nacionalidades representando apenas 6%, cada, do número total de participantes.

Com base nos dados obtidos referentes ao Tempo de estadia em Portugal, produziu-se o seguinte gráfico:

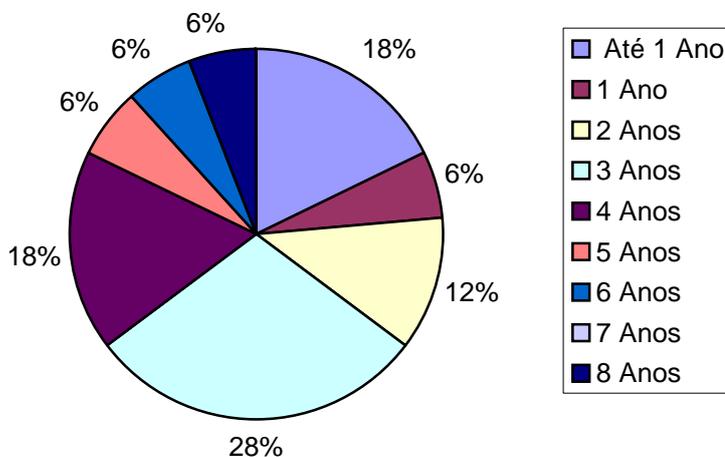


Gráfico 5: Caracterização da distribuição na amostra das variáveis Tempo de estadia em Portugal (%).

Como podemos observar no gráfico 5, o tempo de estadia em Portugal mais observado na amostra foi o de 3 anos, representando 28% da amostra, seguido pelos períodos de até 1 ano e um ano completo, com 18% designadamente.

Com base no cruzamento dos dados obtidos pelas questões referentes à Idade e ao Género, produziu-se o seguinte gráfico:

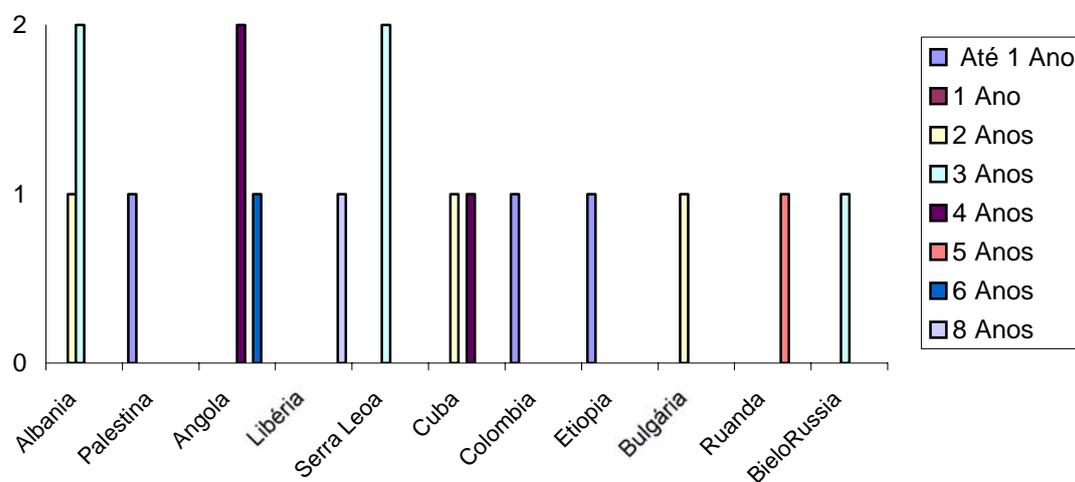


Gráfico 6: Caracterização da distribuição na amostra das variáveis Nacionalidade e Tempo de estadia em Portugal.

Através do cruzamento das respostas obtidas nas questões referentes à Nacionalidade e Tempo de Estadia em Portugal, podemos elaborar o gráfico ilustrado na figura 6 de onde se pode concluir que as os participantes que há mais tempo estão em Portugal são de nacionalidade Liberiana, há 8 anos designadamente, e que os participantes nacionais da Palestina, Etiópia e Colômbia são os que há menos tempo em território português, com um período inferior a menos de um ano.

Instrumentos

O presente capítulo remete para os instrumentos originais e o instrumento adaptado final, que permitiu a recolha dos dados do estudo.

Escala de Aculturação – The East Asian Acculturation Measure (EAAM)

Para medir o factor aculturação, o estudo utiliza o The East Asian Acculturation Measure (EAAM), de Barry, D. (2001).

Instrumento originalmente desenvolvido para aceder aos padrões de aculturação em imigrantes asiáticos nos Estados Unidos, foi desenhado para termos acesso a facetas atitudinais e comportamentais resultantes da interação social bem como das formas de comunicação em vários contextos.

O EAAM é desenvolvido e avaliado, por um conjunto de 29 itens, sob uma base das quatro subescalas de aculturação – Assimilação (8 itens), Separação (7 itens), Integração (5 itens) e Marginalização (9 itens), que sumarizam as quatro dimensões descritas por Berry (1980) e dos seus reflexos na forma como o imigrante se comporta no contacto com a sua cultura de acolhimento.

Podemos ver de seguida a tradução dos itens, já adaptados ao nosso estudo, com uma inicial à frente correspondente a cada uma das subescalas (Assimilação-A; Separação-S; Integração-I; e Marginalização-M).

1. Escrevo melhor em português que na minha língua natal. -A
2. A maior parte da música que eu oiço é na minha língua natal. -S

3. Conto anedotas tanto em português como na minha língua natal. -I
4. Geralmente, tenho dificuldades em socializar, tanto como com portugueses como com meus compatriotas. -M
5. Quando estou em minha casa, normalmente falo em português. -A
6. Os meus maiores amigos são meus compatriotas. -S
7. Consigo pensar tanto em português como na minha língua natal. -I
8. Algumas vezes sinto que nem os portugueses nem os meus compatriotas me valorizam. -M
9. Se me pedissem para escrever poesia, eu preferiria escrever na minha língua natal. -A
10. Prefiro mais ir a encontros sociais onde a maioria das pessoas são da minha nacionalidade. -S
11. Tenho tantos amigos portugueses como meus compatriotas. -I
12. Existem alturas em que penso que ninguém me compreende. -M
13. Dou-me melhor com portugueses que com pessoas da minha nacionalidade. -A
14. Sinto que os meus compatriotas me tratam mais como igual que os portugueses. -S
15. Sinto que tantos os portugueses como os da minha nacionalidade me valorizam. -I
16. Por vezes tenho dificuldades em comunicar com os outros. -M
17. Sinto que os portugueses me compreendem melhor que os meus compatriotas. -A
18. Preferiria sair num encontro com uma pessoa da minha nacionalidade que com um português. -S
19. Sinto-me sempre confortável em presença de portugueses, ou de meus compatriotas. -I
20. Por vezes tenho dificuldades em fazer amigos. -M
21. Acho mais fácil comunicar os meus sentimentos a portugueses que a pessoas da minha nacionalidade. -A
22. Sinto-me mais relaxado quando estou com os meus compatriotas que quando estou com portugueses. -S
23. Algumas vezes sinto que nem os portugueses nem os meus compatriotas me aceitam. -M
24. Sinto-me mais confortável a socializar com portugueses que com pessoas da minha nacionalidade. -A
25. Na minha opinião as pessoas da minha nacionalidade não se deviam relacionar com portugueses. -S

26. Algumas vezes, tenho dificuldades em confiar tanto em portugueses como nos meus compatriotas. -M
27. A maior parte dos meus amigos, na escola/emprego são portugueses. -A
28. Sinto que, algumas vezes, tanto portugueses como os meus compatriotas, têm dificuldades em me compreender. -M
29. Não me sinto à vontade quando estou com outras pessoas. -M

O instrumento é pontuado por uma escala de tipo Likert de 7 pontos (1-Discordo totalmente; 2- Discordo; 3- Discordo Parcialmente; 4-Nem Discordo Nem Concordo; 5-Concordo Parcialmente; 6-Concordo; 7-Concordo Totalmente), em que se afere através da soma, pontuando positiva ou negativamente cada item, o total das quatro subescalas, e através da sua maior ou menor incidência o total da pontuação final do instrumento.

Escala de Auto-Determinação – The *Self*-Determination Scale (SDS)

Para aceder ao factor Auto-Determinação, o estudo utiliza o The *Self*-Determination Scale (ver Sheldon, Ryan & Reis (1996) para fidedignidade e validação), desenvolvido por Deci *et al* (1996), instrumento originalmente desenhado para aceder às diferenças individuais no comportamento auto-determinado, tendo em conta dois factores fundamentais condicionantes, um primeiro o da auto-percepção do indivíduo em relação aos seus sentimentos e sua visão do *Self*, e um segundo o da sua percepção em relação ao seu senso de escolha no seu próprio comportamento.

O SDS, é constituído por uma escala pequena, de 10 itens, composto por duas subescalas, uma de percepção do *Self* e outra de percepção de escolhas no comportamento, de 5 itens cada. Cada item pontua-se através da análise de duas afirmações (A e B) em que o participante deve considerar qual das duas se apresenta como mais verdadeira para a sua situação actual e assinalá-lo numa escala de 5 pontos. A pontuação final da escala, afere-se através da soma total das duas subescalas, sendo que as duas também poderão ser utilizadas separadamente mas apenas para a aferição dos temas com elas relacionadas.

Adaptação das escalas ao nosso Instrumento final:

Com o intuito de o estudo beneficiar da maior fidedignidade, resultante da validação das escalas de origem utilizadas, considerou-se que o instrumento final deveria ser apenas uma tradução o mais fiel possível dos textos originais, sofrendo somente as adaptações necessárias à população em causa, e só nos termos que poderiam oferecer dúvidas de interpretação aos

participantes na altura do preenchimento do questionário, sem que as escalas e subescalas originais foram respeitadas, não só em termos de vocabulário mas também da estruturação interna de organização de questões e seus modos de pontuação.

Deste modo mostraram-se pertinentes as seguintes adaptações:

Na Escala de Aculturação – The East Asian Acculturation Measure (EAAM):

- Adaptação do termo “English” para “português”, sempre referido ao idioma.
- Adaptação do termo “American” ou “Americans” para “português” ou “portugueses”, quando referido aos nacionais do país de acolhimento.
- Adaptação do termo “Asian” ou “Asians” para os termos “compatriota” ou “pessoas da minha nacionalidade”, em que se pressupõe que o participante entenda que quando não tenha um ciclo de relações entre seus compatriotas os termos passam a significar pessoa não nacional do seu país de acolhimento.

Na Escala de Auto-Determinação – The *Self*-Determination Scale (SDS):

A única adaptação, para além da tradução de todas as questões e instruções, foi a de substituição do esquema de apresentação que posicionava as duas questões de cada item em primeiro seguida da apresentação da escala de pontuação, até à versão final apresentada no instrumento final do estudo, em que se substituíram as letras A e B que se referiam a cada frase respectivamente, pelas próprias frases, numa tentativa de simplificação no entendimento do processo de escolha e pontuação e por se considerar que esta alteração não ia de forma alguma modificar nem os resultados nem criar alguma situação nova que pudesse alterar as condições de fidedignidade e validação em relação às escalas originais.

A estas alterações, juntou-se ainda as questões referentes aos Dados Demográficos (sexo e idade), bem como a questão referente ao tempo de estadia em Portugal, para se poder realizar de alguma maneira uma caracterização mais específica dos participantes, e informações referentes ao investigador, Instituição e explicação dos termos de confidencialidade em relação a todos os dados reunidos. Assim, produziu-se o instrumento que se segue.

Procedimentos

Devido às particularidades tanto de raridade e especificidade dos participantes como da abordagem teórica que se quis impor durante toda a investigação e recolha de dados, o primeiro

passo que se considerou pertinente foi o da busca, e recolha de estudos e investigações, na área de processos psicológicos ou similares, que envolvessem ou à teórica do estudo monográfico ou à população que se pretendia trabalhar com esta investigação.

Para a Revisão Bibliográfica, o estudo passou primeiro por uma fase de busca e análise de textos e investigações que de alguma maneira nos permitisse ter uma ideia global do que já foi produzido em relação à teórica específica do estudo, mas também para que se pudesse conhecer com a maior exactidão possível os autores fundamentais para cada um dos temas do estudo e a maneira como esses estudos se tinha repercutido na comunidade científica e de que forma teriam esses mesmos estudos evoluído através dos tempos nos trabalhos da restante comunidade científica mundial. Esta fase permitiu um amadurecimento no pensamento e abordagem da teoria por parte do estudo mas mais que isso permitiu que se abandonassem perspectivas, que primordialmente poderiam estar menos de acordo com os objectivos propostos, mas que quando clarificadas vieram a enriquecer a recessão bibliográfica e a clarificação de termos e metodologias que depois se vieram a concretizar durante a recolha e análise dos dados.

A partir dos dados clarificaram-se os objectivos de investigação, bem como das suas questões de investigação que se pretendeu sustentar através da fase de análise estatística dos resultados da aplicação do instrumento. Nesta fase procedeu-se ainda à busca, tradução e adaptação de instrumentos já validados por outros autores e que se mostrassem pertinentes à construção do nosso questionário e população.

Numa segunda fase, mostrou-se importante também, um estudo de maior aprofundamento acerca da temática da população refugiada na realidade contemporânea portuguesa, mas também da sua situação no mundo actual, das suas formas de acolhimento e causas por todo o globo. Para isso tentámos aceder a toda a informação disponível pelos meios a que teve acesso mas também com a tentativa de proximidade para com aqueles que trabalham esta realidade em território nacional, não só porque se mostrava necessário conhecer melhor o nosso sistema de acolhimento e suas infraestruturas, mas também para que se pudesse definir logo de começo um sistema eficaz de proximidade à população em causa, e se possível estabelecer contactos que facilitassem esta interacção entre o investigador e os que viriam a ser os participantes da investigação.

Seguidamente, e através dos contactos estabelecidos na fase anterior, passou-se com a aplicação dos questionários e à recolha de dados, que se iniciou com um grupo de pessoas cujo contacto foi facilitado pelo Centro de Acolhimento do Centro Português dos Refugiados, que, por questões de amostragem teve que ser alargado aos utentes da Porta Amiga da AMI, no Bairro das Olaias em Lisboa. Posteriormente, sob o método de *Snowball* (Reis *et al*, 1996) com o contacto facilitado por alguns dos utentes da Porta Amiga, o estudo abrangeu ainda um conjunto de participantes sem ligação a nenhum organismo actualmente.

Neste estudo, devido ao seu carácter não-experimental, não se procedeu à realização de pré-testes, passando-se da fase da tradução e adaptação das escalas originais, à aplicação directa do

nosso instrumento, fase esta que se iniciou no primeiro dia do mês de Março, tendo-se dada como finalizada no último dia do mês de Junho de 2005.

A todos eles, na altura do preenchimento do questionário, foram explicadas o carácter de total anonimato e confidencialidade sobre a sua identidade recolhidos pelo estudo, bem como o resumo geral dos objectivos do estudo e regras básicas de preenchimento do instrumento.

O problema mais sentido pela população da amostra foi, a de compreensão de alguns termos da escala original, cujas devidas explicações e esclarecimentos foram fornecidas, na altura do preenchimento, pelo investigador. Realçamos ainda o facto de apenas uma pessoa contactada se recusar a participar no estudo, bem como a não participação de seis pessoas, porque não haver língua comum de comunicação.

Seguidamente o estudo passou à fase de análise estatística e descritiva dos resultados retirados, e conclusões finais.

Variáveis do Estudo

Para a elaboração deste estudo contemplou-se um conjunto de Variáveis Dependentes principais, a de Aculturação, explorada pelo *The East Asian Acculturation Measure* e a de Auto-Determinação explorada pela *Self Determination Scale*, bem como das suas subescalas, Assimilação, Separação, Integração e Marginalização, referentes à de Escala Aculturação, e das subescalas de Percepção do *Self* e Percepção de Escolhas, referentes à Escala de Auto Determinação.

No instrumento do estudo, apresentam-se também questões relacionadas com variáveis de caracterização demográfica da amostra que foram trabalhadas como Variáveis Independentes.

Variáveis Dependentes:

- Índice de Aculturação Total
- Índice de Assimilação
- Índice de Separação
- Índice de Integração
- Índice de Marginalização
- Índice de Auto Determinação Total
- Índice de Percepção do *Self*

- Índice de Percepção de Escolhas

Variáveis Independentes:

- Idade
- Género
- Nacionalidade
- Tempo de estadia em Portugal

O estudo das conclusões da análise estatística tanto dos Índices separadamente, como com a sua correlação e cruzamento com as Variáveis Independentes, servirá para a tentativa de formulação de hipóteses que sustentem um reconhecimento das nossas questões de investigação à luz da teoria descrita na Revisão Bibliográfica.

Questões de Investigação:

No presente capítulo, refere-se as Questões de Investigação cuja discussão dos resultados que permitirá ao investigador responder aos objectivos do estudo.

1. Qual o índice de Aculturação e respectivas subescalas em pessoas Refugiadas, em Portugal?
2. Qual o índice de Auto-Determinação e respectivas subescalas em pessoas Refugiadas, em Portugal?
3. Será que o índice de Aculturação, em pessoas Refugiadas, em Portugal, oscila de acordo com a Idade?
4. Será que o índice de Aculturação, em pessoas Refugiadas, em Portugal, oscila de acordo com o Género?
5. Será que o índice de Aculturação, em pessoas Refugiadas, em Portugal, oscila de acordo com a Nacionalidade?
6. Será que o índice de Aculturação, em pessoas Refugiadas, em Portugal, oscila de acordo com o Tempo de Estadia em Portugal?
7. Será que o índice de Auto-Determinação, em pessoas Refugiadas, em Portugal, oscila de acordo com a Idade?
8. Será que o índice de Auto-Determinação, em pessoas Refugiadas, em Portugal, oscila de acordo com o Género?

9. Será que o índice de Auto-Determinação, em pessoas Refugiadas, em Portugal, oscila de acordo com a Nacionalidade?

10. Será que o índice de Auto-Determinação, em pessoas Refugiadas, em Portugal, oscila de acordo com o Tempo de Estadia em Portugal?

11. Será que existe correlação significativa entre os índices de Aculturação e Auto-Determinação em pessoas Refugiadas, em Portugal?

IV - APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo apresentamos os resultados obtidos no presente estudo através da aplicação do instrumento as pessoas refugiadas em Portugal que constituíram a nossa amostra, de modo a respondermos aos objectivos e questões de investigação a que nos propomos. Assim apresentamos os dados de acordo com as questões de investigação anteriormente anunciadas.

1. Qual o índice de Aculturação e respectivas subescalas em pessoas Refugiadas, em Portugal?

Para obtermos o índice de Aculturação e das suas subescalas, recorreremos à soma do valor das respostas de cada indivíduo da nossa amostra, para o conjunto de 29 questões que constituem a escala Aculturação do nosso instrumento e para o conjunto de questões que constituem as diferentes subescalas.

Os valores obtidos e a frequência dos mesmos constam na tabela seguinte, assim como as respectivas percentagens.

Escala Aculturação		
Valor da Soma	Frequência	Percentagem
80	1	5.9
83	1	5.9
89	1	5.9
91	1	5.9
94	2	11.8

95	1	5.9
96	1	5.9
100	1	5.9
102	1	5.9
104	1	5.9
111	1	5.9
118	1	5.9
128	1	5.9
133	1	5.9
134	1	5.9
136	1	5.9
Total	17	100.0

Tabela 3. Valores das somas ou total da escala Aculturação

Através da Tabela 3, verifica-se que o valor da soma com maior frequência é o de 94, sendo que este foi obtido por dois indivíduos, ou seja, por 11.8% da amostra. Os restantes valores apresentados foram obtidos somente por um indivíduo cada, isto é, por 5.9% da amostra.

Os valores mínimos e máximo obtidos na escala embora constem nesta tabela, encontram-se presentes na Tabela 4, a qual, apresenta ainda o valor médio da soma total das questões da escala Aculturação.

Escala Aculturação 5		
Valor	Valor obtido	Valor da escala
Mínimo	80	29
Máximo	136	203

⁵ Os outputs dos valores mínimo, máximo e médio encontram-se no Anexo D.

Médio	105.18	
-------	--------	--

Tabela 4. Valores mínimo, máximo e médios obtidos no estudo para a escala Aculturação

De acordo com a informação disponível na Tabela 4, o valor mínimo de aculturação obtido pela amostra aquando do estudo foi de 80 e o valor máximo de 136.

Quando comparados com os valores mínimos e máximo que poderão ser obtidos através da escala (29 e 203 respectivamente), refere-se que o mínimo do estudo distancia-se significativamente do valor mínimo da escala, assumindo uma diferença de 51 pontos. Paralelamente, o valor máximo do estudo também se distancia significativamente do da escala, ainda que assumida uma diferença relativamente superior, de 67 pontos. Perante tal, podemos afirmar que o índice de Aculturação foi algo significativo em pessoas refugiadas, em Portugal.

Ainda no que respeita à Tabela 2, é de referir que o valor médio de Aculturação alcançado pela amostra foi de 105.18, o qual se aproxima mais do valor máximo da escala do que do valor mínimo, realçando uma vez mais o índice significativo de Aculturação obtido.

Para obtermos o índice de Assimilação, recorreremos à soma do valor das respostas de cada indivíduo da nossa amostra, para o conjunto de 8 questões (questões 1, 5, 9, 13, 17, 21, 24 e 27). Os valores obtidos e a frequência dos mesmos constam na tabela seguinte, assim como as respectivas percentagens.

Subescala Assimilação		
Valor da Soma	Frequência	Percentagem
20	1	5.9
22	1	5.9
25	1	5.9
29	1	5.9
33	1	11.8
35	2	5.9
38	1	5.9
40	1	5.9

41	1	5.9
43	3	17.6
44	2	11.8
49	2	11.8
Total	17	100.0

Tabela 5. Valores das somas ou total da Subescala Assimilação

Na Tabela 5, verifica-se que o valor da soma com maior frequência é o 43, sendo que este foi obtido por três indivíduos, ou seja, por 17.6% da amostra. Seguidamente apresentam-se os valores 35, 44 e 49 os quais foram assumidos por dois indivíduos cada (11.8% da amostra). Os restantes valores foram obtidos somente por um indivíduo cada, isto é, por 5.9% da amostra.

Os valores mínimo e máximo obtidos na subescala embora constem nesta tabela, encontram-se presentes na Tabela 6, a qual, apresenta ainda o valor médio da soma total das questões da subescala Assimilação.

Subescala Assimilação 6		
Valor	Valor obtido	Valor da Subescala
Mínimo	20	8
Máximo	49	56
Médio	37.24	

Tabela 6. Valores mínimos, máximo e médios obtidos no estudo para a Subescala Assimilação

De acordo com a informação disponível na Tabela 6, o valor mínimo de Assimilação obtido pela amostra aquando do estudo foi de 20 e o valor máximo de 49. Quando comparados com os valores mínimos e máximo que poderão ser obtidos através da subescala (8 e 56

⁶ Os outputs dos valores mínimo, máximo e médio encontram-se no Anexo E.

respectivamente), refere-se que o mínimo do estudo distancia-se significativamente do valor mínimo da subescala, assumindo uma diferença de 12 pontos. Por sua vez, o valor máximo do estudo aproxima-se significativamente do da subescala, assumindo uma diferença somente de 7 pontos. Posto isto, podemos afirmar que o índice de Assimilação foi bastante significativo em pessoas refugiadas, em Portugal.

Ainda no que respeita à Tabela 6, é de referir que o valor médio de Assimilação alcançado pela amostra foi de 37.24, o qual se aproxima mais do valor máximo da subescala do que do valor mínimo. Deste modo, podemos afirmar que de facto o índice de Assimilação obtido foi bastante significativo.

Para calcularmos o índice de Separação obtido aquando do estudo, recorreu-se à soma do valor das respostas de cada indivíduo da nossa amostra, para o conjunto de 7 questões (questões 2, 6, 10, 14, 18, 22 e 25). Os valores obtidos e a frequência dos mesmos constam na tabela seguinte, assim como as respectivas percentagens.

Subescala Separação		
Valor da Soma	Frequência	Percentagem
12	1	5.9
13	1	5.9
15	2	11.8
16	1	5.9
17	4	23.5
19	1	5.9
20	1	5.9
24	2	11.8
28	1	5.9
30	1	5.9
34	2	11.8
Total	17	100.0

Tabela 7. Valores das somas ou total da Subescala Separação

De acordo com a Tabela 7, verifica-se que o valor da soma com maior frequência é o 17, tendo este sido obtido por quatro indivíduos, ou seja, por 23.5 % da amostra. Seguidamente apresentam-se os valores 15, 24 e 34 os quais foram assumidos por dois indivíduos cada (11.8% da amostra). Os restantes valores foram obtidos somente por um indivíduo cada, isto é, por 5.9% da amostra.

Os valores mínimo e máximo obtidos na subescala embora constem nesta tabela, apresentam-se na Tabela 8, a qual, apresenta ainda o valor médio da soma total das questões da subescala Separação.

Subescala Separação 7		
Valor	Valor obtido	Valor da Subescala
Mínimo	9	7
Máximo	34	49
Médio	19.82	

Tabela 8. Valores mínimo, máximo e médio obtidos no estudo para a Subescala Separação

De acordo com a Tabela 8, o valor mínimo de Separação obtido pela amostra foi de 9 e o valor máximo de 34. Quando comparados com os valores mínimo e máximo que poderão ser obtidos através da subescala (7 e 49 respectivamente), constata-se que o mínimo do estudo aproxima-se do valor mínimo da subescala, assumindo uma diferença somente de 2 pontos. Por outro lado, o valor máximo do estudo distancia-se do da subescala, assumindo uma diferença de 15 pontos.

Ainda no que respeita à Tabela 8, é de referir que o valor médio de Separação alcançado pela amostra foi de 19.82, um valor considerado pouco significativo, dado que o mesmo encontra-se mais próximo dos valores mínimos do estudo e da subescala. Posto isto, podemos afirmar que o índice de Separação foi pouco significativo em pessoas refugiadas, em Portugal.

Para calcularmos o índice de Integração obtido no estudo, recorreu-se à soma do valor das respostas de cada indivíduo da nossa amostra, para o conjunto de 5 questões (questões 3, 7, 11, 15 e 19) que remetem para a Integração, na escala Aculturação do nosso instrumento. Os valores obtidos e a frequência dos mesmos constam na tabela seguinte, assim como as respectivas percentagens.

⁷ Os outputs dos valores mínimo, máximo e médio encontram-se no Anexo F.

Subescala Integração		
Valor da Soma	Frequência	Percentagem
11	1	5.9
14	1	5.9
17	3	17.6
21	1	5.9
23	3	17.6
26	1	5.9
28	1	5.9
29	3	17.6
30	2	11.8
34	1	5.9
Total	17	100.0

Tabela 9. Valores das somas ou total da Subescala Integração

Na Tabela 9, verifica-se que os valores da soma com maior frequência foram o 17, 23 e o 29, tendo sido obtidos por três indivíduos, ou seja, por 17.6 % da amostra. Seguidamente apresenta-se o valor 30, assumido por dois indivíduos (11.8% da amostra). Os restantes valores foram obtidos somente por um indivíduo cada, isto é, por 5.9% da amostra.

Os valores mínimo e máximo obtidos na subescala, apresentam-se na Tabela 10, assim como o valor médio da soma total das questões da subescala Integração.

Subescala Integração 8		
Valor	Valor obtido	Valor da Subescala
Mínimo	11	5

⁸ Os outputs dos valores mínimo, máximo e médio encontram-se no Anexo G.

Máximo	34	35
Médio	23.59	

Tabela 10. Valores mínimo, máximo e médio obtidos no estudo para a Subescala Integração

Na Tabela 10, verifica-se que o valor mínimo de Integração obtido pela amostra foi de 11 e o valor máximo de 34. Ao compararmos estes valores com os valores mínimo e máximo que poderão ser obtidos na subescala (5 e 35 respectivamente), constata-se que o mínimo do estudo distancia-se significativamente do valor mínimo da subescala, assumindo uma diferença de 6 pontos. Por outro lado, o valor máximo do estudo aproxima-se muito significativamente do valor máximo da subescala, sendo a sua diferença somente de 1 ponto.

Ainda no que respeita à Tabela 8, verifica-se que o valor médio de Integração alcançado pela amostra foi de 23.59, um valor considerado algo significativo, dado que o mesmo encontra-se mais próximo do valor máximo da subescala e mais distante do valor mínimo da mesma. Assim, podemos afirmar que o índice de Integração foi algo significativo em pessoas refugiadas, em Portugal.

Por último, para obtermos o índice de Marginalização obtido no estudo, recorreu-se à soma do valor das respostas de cada indivíduo da nossa amostra, para o conjunto de 9 questões (questões 4, 8, 12, 16, 20, 23, 26, 28 e 29) que remetem para a Marginalização, na escala Aculturação do nosso instrumento. Os valores obtidos e a frequência dos mesmos constam na tabela seguinte, assim como as respectivas percentagens.

Subescala Marginalização		
Valor da Soma	Frequência	Percentagem
14	2	11.8
15	1	5.9
21	1	5.9
24	1	5.9
27	3	17.6
29	2	11.8
32	1	5.9
37	1	17.6

39	2	11.8
44	1	5.9
Total	17	100.0

Tabela 11. Valores das somas ou total da Subescala Marginalização

Segundo a Tabela 11, o valor da soma com maior frequência foi o 27, tendo sido obtido por três indivíduos, ou seja, por 17.6 % da amostra. Seguidamente apresentam-se os valores 14, 29 e 39, assumidos por dois indivíduos (11.8% da amostra) cada. Os restantes valores foram obtidos somente por um indivíduo cada, isto é, por 5.9% da amostra.

Os valores mínimo e máximo obtidos na subescala, apresentam-se na Tabela 12, tal como o valor médio da soma total das questões da subescala Marginalização.

Subescala Marginalização 9		
Valor	Valor obtido	Valor da Subescala
Mínimo	9	9
Máximo	44	63
Médio	24.53	

Tabela 12. Valores mínimo, máximo e médio obtidos no estudo para a Subescala Marginalização

Na Tabela 12, verifica-se que o valor mínimo de Marginalização obtido pela amostra foi de 9 e o valor máximo de 44. Comparativamente com os valores mínimo e máximo da subescala (9 e 63 respectivamente), constata-se que o mínimo do estudo corresponde ao valor mínimo da subescala. Quanto ao valor máximo do estudo refere-se que o mesmo se distancia significativamente do valor máximo da subescala, sendo a sua diferença de 19 pontos.

Ainda de acordo com esta tabela verifica-se que o valor médio de Marginalização obtido pela amostra foi de 24.53, um valor considerado pouco significativo, uma vez que se distancia bastante do valor máximo da subescala, assim sendo, podemos afirmar que o índice de Marginalização obtido em pessoas refugiadas, em Portugal, foi pouco significativo.

⁹ Os outputs dos valores mínimo, máximo e médio encontram-se no Anexo H.

Em suma, e analisando os resultados obtidos para a escala de Aculturação e respectivas subescalas e no sentido de respondermos à questão de investigação a que nos propusemos, refere-se que o índice de Aculturação obtido em pessoas refugiadas, em Portugal foi de 105.18, o de Assimilação de 37.24, o de Separação 19.82, o de Integração 23.59 e o de Marginalização foi de 24. foi de 24.53.

2. Qual o índice de Auto-Determinação e respectivas subescalas em pessoas Refugiadas, em Portugal?

Tal como sucedeu anteriormente, para calcularmos o índice de Auto-Determinação obtido no estudo, recorreu-se à soma do valor das respostas de cada indivíduo da nossa amostra, para o conjunto de 10 questões que constituem a escala Auto-Determinação do nosso instrumento, o mesmo acontecendo para as subescalas desta mesma escala. Os valores obtidos e a frequência dos mesmos constam na tabela seguinte, assim como as respectivas percentagens.

Escala Auto-Determinação		
Valor da Soma	Frequência	Percentagem
26	2	11.8
27	1	5.9
29	1	5.9
30	3	17.6
31	1	5.9
34	3	17.6
38	1	5.9
42	2	11.8
44	3	17.6
Total	17	100.0

Tabela 13. Valores das somas ou total da Escala Auto-Determinação

Tendo por base a Tabela 13, os valores da soma com maior frequência foram o 30, 34 e 44, os quais foram obtidos por três indivíduos, ou seja, por 17.6 % da amostra. Seguidamente

apresentam-se os valores 26 e 42, assumidos por dois indivíduos (11.8% da amostra) cada. Os restantes valores foram obtidos somente por um indivíduo cada, isto é, por 5.9% da amostra.

Os valores mínimo e máximo obtidos na subescala, apresentam-se na Tabela 14, tal como o valor médio da soma total das questões da Escala Auto-Determinação.

Escala Auto-Determinação 10		
Valor	Valor obtido	Valor da Escala
Mínimo	18	10
Máximo	44	50
Médio	32.88	

Tabela 14. Valores mínimo, máximo e médio obtidos no estudo para a Escala Auto-Determinação

Na Tabela 14, verifica-se que o valor mínimo de Auto-Determinação obtido pela amostra foi de 18 e o valor máximo de 44. Comparativamente com os valores mínimo e máximo da escala (10 e 50 respectivamente), constata-se que o mínimo do estudo distancia-se do valor mínimo da subescala, sendo a diferença entre ambos de 8 pontos. Quanto ao valor máximo do estudo verifica-se que o mesmo se distancia do valor máximo da subescala, sendo a diferença entre ambos menor que a anterior, de 6 pontos.

Ainda de acordo com esta tabela verifica-se que o valor médio de Auto-Determinação obtido pela amostra foi de 32.88, um valor considerado algo significativo, uma vez que se distancia do valor mínimo do estudo e da escala e se aproxima quer do valor máximo do estudo quer da escala. Assim, conclui-se que o índice de Auto-Determinação obtido no estudo foi um índice algo significativo.

Para obtermos o índice da subescala Percepção do Self obtido no estudo, recorreu-se à soma do valor das respostas de cada indivíduo da nossa amostra, para o conjunto de 5 questões (questões 1, 3, 5, 7 e 9) que remetem para a Percepção do Self, na escala Auto-Determinação do nosso instrumento. Os valores obtidos e a frequência dos mesmos constam na tabela seguinte, assim como as respectivas percentagens.

¹⁰ Os outputs dos valores mínimo, máximo e médio encontram-se no Anexo I.

Subescala Percepção do Self		
Valor da Soma	Frequência	Porcentagem
9	4	23.5
10	1	5.9
13	2	11.8
17	2	11.8
18	1	5.9
19	1	5.9
21	6	35.2
Total	17	100.0

Tabela 15. Valores das somas ou total da Subescala Percepção do Self

De acordo com a Tabela 15, o valor da soma com maior frequência foi o 21, tendo sido obtido por seis indivíduos, ou seja, por 35.2 % da amostra. Seguidamente apresenta-se o valor 9, assumido por quatro indivíduos (23.5% da amostra) e os valores 13 e 17, assumidos por dois indivíduos cada (11.8% da amostra). Os restantes valores foram obtidos somente por um indivíduo cada, isto é, por 5.9% da amostra.

Os valores mínimo e máximo obtidos na subescala, apresentam-se na Tabela 16, tal como o valor médio da soma total das questões da subescala Percepção do Self.

Subescala Percepção do Self 11		
Valor	Valor obtido	Valor da Subescala
Mínimo	5	5
Máximo	21	25
Médio	14.35	

Tabela 16. Valores mínimo, máximo e médio obtidos no estudo para a Subescala Percepção do Self

¹¹ Os outputs dos valores mínimo, máximo e médio encontram-se no Anexo J.

Tendo por base a Tabela 16, verifica-se que o valor mínimo de Percepção do Self obtido pela amostra foi de 5 e o valor máximo de 21. Comparativamente com os valores mínimo e máximo da subescala (5 e 25 respectivamente), constata-se que o mínimo do estudo corresponde ao valor mínimo da subescala e que o valor máximo do estudo aproxima-se bastante do valor máximo da subescala, sendo a diferença entre ambos de somente 4 pontos.

Ainda de acordo com esta tabela verifica-se que o valor médio de Percepção do Self obtido pela amostra foi de 14.35, um valor considerado algo significativo, uma vez que se distancia mais do valor mínimo do estudo e da subescala do que dos valores máximos do estudo e da subescala.

Igualmente, para obtermos o índice de Percepção da Escolha obtido no estudo, recorreu-se à soma do valor das respostas de cada indivíduo da nossa amostra, para o conjunto de 5 questões (questões 2, 4, 6, 8 e 10) que constituem esta subescala. Os valores obtidos e a frequência dos mesmos constam na tabela seguinte, assim como as respectivas percentagens.

Subescala Percepção da Escolha		
Valor da Soma	Frequência	Percentagem
9	1	5.9
13	1	5.9
16	1	5.9
17	2	11.8
21	7	41.1
23	1	5.9
25	4	23.5
Total	17	100.0

Tabela 17. Valores das somas ou total da Subescala Percepção da Escolha

Atendendo à Tabela 17, o valor da soma com maior frequência foi o 21, tendo sido obtido por sete indivíduos, ou seja, por 41.1 % da amostra. Seguidamente apresenta-se o valor 25, assumido por quatro indivíduos (23.5% da amostra) e o valor 17, assumido por dois indivíduos

(11.8% da amostra). Os restantes valores foram obtidos somente por um indivíduo cada, isto é, por 5.9% da amostra.

Os valores mínimo e máximo obtidos na subescala, apresentam-se na Tabela 18, tal como o valor médio da soma total das questões da subescala Percepção da Escolha.

Subescala Percepção da Escolha 12		
Valor	Valor obtido	Valor da Subescala
Mínimo	6	5
Máximo	25	25
Médio	18.24	

Tabela 18. Valores mínimo, máximo e médio obtidos no estudo para a Subescala Percepção da Escolha

De acordo com a Tabela 18, o valor mínimo de Percepção da Escolha obtido pela amostra foi de 6 e o valor máximo de 25. Comparativamente aos valores mínimo e máximo da subescala (5 e 25 respectivamente), constata-se que o mínimo do estudo aproxima-se bastante do valor mínimo da subescala, sendo a diferença entre ambos de somente 1 ponto e que o valor máximo do estudo corresponde ao valor máximo da subescala.

Ainda, atendendo a esta tabela verifica-se que o valor médio de Percepção da Escolha obtido pela amostra foi de 18.24, um valor considerado algo significativo, uma vez que se distancia mais dos valores mínimos do estudo e da subescala do que dos valores máximos.

Posto isto e de modo a respondermos à questão de investigação anunciada anteriormente, refere-se que o índice de Auto-determinação obtido em pessoas refugiadas em Portugal foi de 32.88, tendo sido obtido o índice de 14.35 na subescala Percepção do Self e de 18.24 na subescala Percepção da Escolha.

3.Será que o índice de Acluturação, em pessoas Refugiadas, em Portugal, oscila de acordo com a Idade?

¹² Os outputs dos valores mínimo, máximo e médio encontram-se no Anexo K.

Para obtermos os dados que nos permitirão responder a esta questão de investigação, recorreremos inicialmente ao teste de normalidade (Teste Kolmogorov-Smirnov) para um nível de significância de 0.05 ($\alpha=0.05$, sendo que se $p>\alpha$, a distribuição da amostra é normal) para verificar se a distribuição da amostra é normal nas referida variável independente e suas categorias. A Tabela 19, demonstra os valores do teste de normalidade.

Total da Escala Aculturação 13		
Variável independente	Categorias	Valor de Sig. (p)
Idade	[18-28 anos]	.
	[29-38 anos]	0.200
	[39-48 anos]	.
	[49-58 anos]	.

Tabela 19. Valores do teste de normalidade em relação à Aculturação de acordo com a Idade

De acordo com a Tabela 19, verifica-se que a segunda categoria da variável idade apresenta um Sig. (*p value*) superior ao nível de significância ($0.200>0.05$), o que significa que tem distribuição normal, contudo as restantes categorias apresentam um Sig. inferior ao nível da significância ($0.000<0.05$), o que significa que a distribuição não é normal. Note-se a este respeito que quando aparece (.) considera-se que a distribuição não é normal.

Para se considerar que a distribuição da amostra é normal de acordo com esta variável é necessário que todas as suas categorias apresentem $\text{Sig.}>\alpha$, contudo como tal não acontece considera-se que neste caso a distribuição não é normal, para um nível de significância de 0.05.

Dado que a variável Idade apresenta uma distribuição não normal para a Escala Aculturação e dado que assume mais do que duas categorias o teste estatístico a aplicar que nos permitirá responder à questão de investigação em causa será o Teste Kruskal-Wallis.

¹³ Os outputs dos testes utilizados para testar a normalidade – Kolmogorov-Smirnov – encontram-se todos no Anexo L.

Teste de Kruskal-Wallis – Escala Aculturação	
Variável	Asymp. Sig.
Idade	0.137

Tabela 20. Valor do teste de Kruskal-Wallis para a variável Idade, no índice de Aculturação

Para um nível de significância de 0.05 ($\alpha=5$) e, com base no teste de Kruskal-Wallis, se Asymp. Sig for maior que α , tal significa que não existem diferenças significativas entre as categorias da variável.

De acordo com a Tabela 20, o valor obtido é de 0.137, ou seja, $0.137 > 0.05$, logo não existem diferenças significativas no índice de Aculturação se atendermos à variável independente Idade. A resposta à questão é, portanto, não.

4.Será que o índice de Aculturação, em pessoas Refugiadas, em Portugal, oscila de acordo com o Género?

Para obtermos os dados que nos permitirão responder a esta questão de investigação, recorreremos inicialmente ao teste de normalidade (Teste Kolmogorov-Smirnov) para um nível de significância de 0.05 ($\alpha=0.05$, sendo que se $p > \alpha$, a distribuição da amostra é normal) para verificar se a distribuição da amostra é normal nas referida variável independente e suas categorias. A Tabela 21, demonstra os valores do teste de normalidade.

Total da Escala Aculturação 14		
Variável independente	Categorias	Valor de Sig. (p)
Género	Masculino	0.057
	Feminino	.

¹⁴ Os outputs dos testes utilizados para testar a normalidade – Kolmogorov-Smirnov – encontram-se todos no Anexo M.

Tabela 21. Valores do teste de normalidade em relação à Aculturação de acordo com o Género

De acordo com a Tabela 21, verifica-se que a primeira categoria da variável Género apresenta um Sig. (*p value*) superior ao nível de significância ($0.057 > 0.05$), o que significa que tem distribuição normal, contudo a segunda categoria apresenta distribuição não normal. Note-se a este respeito que quando aparece (.) considera-se que a distribuição não é normal.

Para se considerar que a distribuição da amostra é normal de acordo é necessário que todas as suas categorias apresentem $\text{Sig.} > \alpha$, contudo como tal não acontece considera-se que, neste caso, a distribuição não é normal, para um nível de significância de 0.05.

Dado que a variável Género apresenta uma distribuição não normal para a Escala Aculturação e dado que assume duas categorias o teste estatístico a aplicar que nos permitirá responder à questão de investigação em causa será o Teste Mann-Whitney.

Teste de Mann-Whitney – Escala Aculturação	
Variável	Exact. Sig.
Género	0.060

Tabela 22. Valor do teste de Mann-Whitney para a variável Género, no índice de Aculturação

Para um nível de significância de 0.05 ($\alpha=0.05$) e, com base no teste de Mann-Whitney, se Exact. Sig for maior que α , tal significa que não existem diferenças significativas na variável em questão, para o índice de Aculturação.

De acordo com a Tabela 22, o valor obtido é de 0.060, ou seja, $0.060 > 0.05$, logo não existem diferenças significativas no índice de Aculturação se atendermos à variável independente Género. A resposta à questão é, portanto, não.

5. Será que o índice de Aculturação, em pessoas Refugiadas, em Portugal, oscila de acordo com a Nacionalidade?

Para obtermos os dados que nos permitirão responder a esta questão de investigação, recorreremos inicialmente ao teste de normalidade (Teste Kolmogorov-Smirnov) para um nível de significância de 0.05 ($\alpha=0.05$, sendo que se $p>\alpha$, a distribuição da amostra é normal) para verificar se a distribuição da amostra é normal na referida variável independente e suas

Total da Escala Aculturação 15		
Variável independente	Categorias	Valor de Sig. (p)
Nacionalidade	Albânia	.
	Angola	.
	Cuba	.

categorias. A Tabela 23, demonstra os valores do teste de normalidade.

Tabela 23. Valores do teste de normalidade em relação à Aculturação de acordo com a Nacionalidade

Na Tabela 23 constam somente os valores de três das onze categorias da variável nacionalidade, dado que em oito categorias o índice de Aculturação é constante, como tal os valores foram omitidos. Tal acontece para as categorias: Palestina, Libéria, Serra Leoa, Colômbia, Etiópia, Bulgária, Ruanda e Bielorrússia.

Nas três categorias apresentadas na tabela anterior constata-se que a variável em causa tem distribuição não normal no índice de aculturação, para um nível de significância de 0.05, dado que como já foi referido quando aparece (.) considera-se que a distribuição não é normal.

Dado que a variável apresenta uma distribuição não normal para a Escala Aculturação e dado que assume mais do que duas categorias o teste estatístico a aplicar que nos permitirá responder à questão de investigação em causa será o Teste Kruskal-Wallis .

¹⁵ Os outputs dos testes utilizados para testar a normalidade – Kolmogorov-Smirnov – encontram-se todos no Anexo N.

Teste de Kruskal-Wallis – Escala Aculturação	
Variável	Asymp. Sig.
Nacionalidade	0.576

Tabela 24. Valor do teste de Kruskal-Wallis para a variável Nacionalidade, no índice de Aculturação

Para um nível de significância de 0.05 ($\alpha=0.05$) e, com base no teste de Kruskal-Wallis, se Asymp. Sig for maior que α , tal significa que não existem diferenças significativas na variável em questão, para o índice de Aculturação.

De acordo com a Tabela 24, o valor obtido é de 0.576, ou seja, $0.576 > 0.05$, logo não existem diferenças significativas no índice de Aculturação se atendermos à variável independente Nacionalidade. A resposta à questão é, portanto, não.

6. Será que o índice de Aculturação, em pessoas Refugiadas, em Portugal, oscila de acordo com o Tempo de Estadia em Portugal?

Para obtermos os dados que nos permitirão responder a esta questão de investigação, recorreremos inicialmente ao teste de normalidade (Teste Kolmogorov-Smirnov) para um nível de significância de 0.05 ($\alpha=0.05$, sendo que se $p > \alpha$, a distribuição da amostra é normal) para verificar se a distribuição da amostra é normal na referida variável independente e suas categorias. A Tabela 25, demonstra os valores do teste de normalidade.

Total da Escala Aculturação 16		
Variável independente	Categorias	Valor de Sig. (p)
Tempo de Estadia em Portugal	Até 1 Ano	.
	2 Anos	.
	3 Anos	0.010
	4 Anos	.

¹⁶ Os outputs dos testes utilizados para testar a normalidade – Kolmogorov-Smirnov – encontram-se todos no Anexo O.

Tabela 25. Valores do teste de normalidade em relação à Aculturação de acordo com o Tempo de Estadia em Portugal

Na Tabela 25 constam somente os valores de quatro das oito categorias da variável Tempo de Estadia em Portugal, dado que em quatro categorias o índice de Aculturação é constante, como tal os valores foram omitidos. Tal acontece para as categorias: 1 Ano, 5 Anos, 6 Anos e 8 Anos.

Na terceira categoria o valor de Sig. é 0.010 o qual é inferior ao nível de significância (0.05) logo apresenta uma distribuição não normal, assim como as restantes categorias dado que quando aparece (.) considera-se que a distribuição não é normal. Assim, esta variável independente apresenta distribuição não normal no índice de Aculturação.

Dado que a variável apresenta uma distribuição não normal para a Escala Aculturação e dado que assume mais do que duas categorias o teste estatístico a aplicar que nos permitirá responder à questão de investigação em causa será o Teste Kruskal-Wallis .

Teste de Kruskal-Wallis – Escala Aculturação	
Variável	Asymp. Sig.
Tempo de Estadia em Portugal	0.423

Tabela 26. Valor do teste de Kruskal-Wallis para a variável Tempo de Estadia em Portugal, no índice de Aculturação

Para um nível de significância de 0.05 ($\alpha=0.05$) e, com base no teste de Kruskal-Wallis, se Asymp. Sig for maior que α , tal significa que não existem diferenças significativas na variável em questão, para o índice de Aculturação.

De acordo com a Tabela 26, o valor obtido é de 0.423, ou seja, $0.576 > 0.05$, logo não existem diferenças significativas no índice de Aculturação se atendermos à variável independente Tempo de Estadia em Portugal. A resposta à questão é, portanto, não.

7. Será que o índice de Auto-Determinação, em pessoas Refugiadas, em Portugal, oscila de acordo com a Idade?

Para obtermos os dados que nos permitirão responder a esta questão de investigação, recorreremos inicialmente ao teste de normalidade (Teste Kolmogorov-Smirnov) para um nível de significância de 0.05 ($\alpha=0.05$, sendo que se $p>\alpha$, a distribuição da amostra é normal) para verificar se a distribuição da amostra é normal na referida variável independente e suas categorias. A Tabela 27, demonstra os valores do teste de normalidade.

Total da Escala Auto-Determinação 17		
Variável independente	Categorias	Valor de Sig. (p)
Idade	[18-28 anos]	.
	[29-38 anos]	0.200
	[39-48 anos]	.
	[49-58 anos]	.

Tabela 27. Valores do teste de normalidade em relação à Auto-Determinação de acordo com a Idade

De acordo com a Tabela 27, verifica-se que a segunda categoria da variável idade apresenta um Sig. (*p value*) superior ao nível de significância ($0.200>0.05$), o que significa que tem distribuição normal, contudo as restantes categorias apresentam um Sig. inferior ao nível da significância ($0.000<0.05$), o que significa que a distribuição não é normal. Note-se a este respeito que quando aparece (.) considera-se que a distribuição não é normal.

Para se considerar que a distribuição da amostra é normal é necessário que todas as suas categorias apresentem $\text{Sig.}>\alpha$, contudo como tal não acontece considera-se que neste caso a distribuição não é normal, para um nível de significância de 0.05..

Dado que a variável Idade apresenta uma distribuição não normal para a Escala Auto-Determinação e dado que assume mais do que duas categorias o teste estatístico a aplicar que nos permitirá responder à questão de investigação em causa será o Teste Kruskal-Wallis.

Teste de Kruskal-Wallis – Escala Auto-Determinação	
Variável	Asymp. Sig.

¹⁷ Os outputs dos testes utilizados para testar a normalidade – Kolmogorov-Smirnov – encontram-se todos no Anexo P.

Idade	0.978
-------	-------

Tabela 28. Valor do teste de Kruskal-Wallis para a variável Idade, no índice de Auto-Determinação

Para um nível de significância de 0.05 ($\alpha=5$) e, com base no teste de Kruskal-Wallis, se Asymp. Sig for maior que α , tal significa que não existem diferenças significativas entre as categorias da variável.

De acordo com a Tabela 28, o valor obtido é de 0.978, ou seja, $0.978 > 0.05$, logo não existem diferenças significativas no índice de Auto-Determinação se atendermos à variável independente Idade. A resposta à questão é, portanto, não.

8. Será que o índice de Auto-Determinação, em pessoas Refugiadas, em Portugal, oscila de acordo com o Género?

Para obtermos os dados que nos permitirão responder a esta questão de investigação, recorreremos inicialmente ao teste de normalidade (Teste Kolmogorov-Smirnov) para um nível de significância de 0.05 ($\alpha=0.05$, sendo que se $p > \alpha$, a distribuição da amostra é normal) para verificar se a distribuição da amostra é normal nas referida variável independente e suas categorias. A Tabela 29, demonstra os valores do teste de normalidade.

Total da Escala Auto-Determinação 18		
Variável independente	Categorias	Valor de Sig. (p)
Género	Masculino	0.200
	Feminino	.

Tabela 29. Valores do teste de normalidade em relação à Auto-Determinação de acordo com o Género

¹⁸ Os outputs dos testes utilizados para testar a normalidade – Kolmogorov-Smirnov – encontram-se todos no Anexo Q.

De acordo com a Tabela 29, verifica-se que a primeira categoria da variável Género apresenta um Sig. (*p value*) superior ao nível de significância ($0.200 > 0.05$), o que significa que tem distribuição normal, contudo a segunda categoria apresenta distribuição não normal. Note-se a este respeito que quando aparece (.) considera-se que a distribuição não é normal.

Para se considerar que a distribuição da amostra é normal de acordo é necessário que todas as suas categorias apresentem Sig. $> \alpha$, contudo como tal não acontece considera-se que, neste caso, a distribuição não é normal, para um nível de significância de 0.05.

Dado que a variável Género apresenta uma distribuição não normal para a Escala Auto-Determinação e dado que assume duas categorias o teste estatístico a aplicar que nos permitirá responder à questão de investigação em causa será o Teste Mann-Whitney.

Teste de Mann-Whitney – Escala Auto-Determinação	
Variável	Exact. Sig.
Género	0.163

Tabela 30. Valor do teste de Mann-Whitney para a variável Género, no índice de Auto-Determinação

Para um nível de significância de 0.05 ($\alpha=0.05$) e, com base no teste de Mann-Whitney, se Exact. Sig for maior que α , tal significa que não existem diferenças significativas na variável em questão, para o índice de Auto-Determinação.

De acordo com a Tabela 30, o valor obtido é de 0.163, ou seja, $0.163 > 0.05$, logo não existem diferenças significativas no índice de Auto-Determinação se atendermos à variável independente Género. A resposta à questão é, portanto, não.

9. Será que o índice de Auto-Determinação, em pessoas Refugiadas, em Portugal, oscila de acordo com a Nacionalidade?

Para obtermos os dados que nos permitirão responder a esta questão de investigação, recorreremos inicialmente ao teste de normalidade (Teste Kolmogorov-Smirnov) para um nível de significância de 0.05 ($\alpha=0.05$, sendo que se $p > \alpha$, a distribuição da amostra é normal) para verificar se a distribuição da amostra é normal na referida variável independente e suas categorias. A Tabela 29, demonstra os valores do teste de normalidade.

Total da Escala Auto-Determinação 19		
Variável independente	Categorias	Valor de Sig. (p)
Nacionalidade	Albânia	.
	Angola	.
	Serra Leoa	.
	Cuba	.

Tabela 31. Valores do teste de normalidade em relação à Auto-Determinação de acordo com a Nacionalidade

Na Tabela 31 constam somente os valores de quatro das onze categorias da variável nacionalidade, dado que em sete categorias o índice de Auto-Determinação é constante, como tal os valores foram omitidos. Tal acontece para as categorias: Palestina, Libéria, Colômbia, Etiópia, Bulgária, Ruanda e Bielorrússia.

Nas quatro categorias apresentadas na tabela anterior constata-se que a variável em causa tem distribuição não normal no índice de Auto-Determinação, para um nível de significância de 0.05, dado que como foi já referido quando aparece (.) considera-se que a distribuição não é normal.

Dado que a variável apresenta uma distribuição não normal para a Escala Auto-Determinação e dado que assume mais do que duas categorias o teste estatístico a aplicar que nos permitirá responder à questão de investigação em causa será o Teste Kruskal-Wallis .

Teste de Kruskal-Wallis – Escala Auto-Determinação	
Variável	Asymp. Sig.
Nacionalidade	0.321

Tabela 32. Valor do teste de Kruskal-Wallis para a variável Nacionalidade, no índice de Auto-Determinação

¹⁹ Os outputs dos testes utilizados para testar a normalidade – Kolmogorov-Smirnov – encontram-se todos no Anexo R.

Para um nível de significância de 0.05 ($\alpha=0.05$) e, com base no teste de Kruskal-Wallis, se Asymp. Sig for maior que α , tal significa que não existem diferenças significativas na variável em questão, para o índice de Auto-Determinação.

De acordo com a Tabela 32, o valor obtido é de 0.321, ou seja, $0.321 > 0.05$, logo não existem diferenças significativas no índice de Auto-Determinação se atendermos à variável independente Nacionalidade. A resposta à questão é, portanto, não.

10. Será que o índice de Auto-Determinação, em pessoas Refugiadas, em Portugal, oscila de acordo com o Tempo de Estadia em Portugal?

Para obtermos os dados que nos permitirão responder a esta questão de investigação, recorreremos inicialmente ao teste de normalidade (Teste Kolmogorov-Smirnov) para um nível de significância de 0.05 ($\alpha=0.05$, sendo que se $p > \alpha$, a distribuição da amostra é normal) para verificar se a distribuição da amostra é normal na referida variável independente e suas categorias. A Tabela 33, demonstra os valores do teste de normalidade.

Total da Escala Auto-Determinação 20		
Variável independente	Categorias	Valor de Sig. (p)
Tempo de Estadia em Portugal	Até 1 Ano	.
	2 Anos	.
	3 Anos	0.196
	4 Anos	.

Tabela 33. Valores do teste de normalidade em relação à Auto-Determinação de acordo com o Tempo de Estadia em Portugal

Na Tabela 33 constam somente os valores de quatro das oito categorias da variável Tempo de Estadia em Portugal, dado que em quatro categorias o índice de Auto-Determinação é constante, como tal os valores foram omitidos. Tal acontece para as categorias: 1 Ano, 5 Anos, 6 Anos e 8 Anos.

²⁰ Os outputs dos testes utilizados para testar a normalidade – Kolmogorov-Smirnov – encontram-se todos no Anexo S.

Na terceira categoria o valor de Sig. é 0.196 o qual é superior ao nível de significância (0.05) logo apresenta uma distribuição normal. Contudo, as restantes categorias apresentam uma distribuição não normal dado que 0.00 é inferior ao nível de significância (0.05). Assim, esta variável independente apresenta distribuição não normal no índice de Auto-Determinação.

Dado que a variável apresenta uma distribuição não normal para a Escala Auto-Determinação e dado que assume mais do que duas categorias o teste estatístico a aplicar, que nos permitirá responder à questão de investigação em causa será o Teste Kruskal-Wallis .

Teste de Kruskal-Wallis – Escala Auto-Determinação	
Variável	Asymp. Sig.
Tempo de Estadia em Portugal	0.296

Tabela 34. Valor do teste de Kruskal-Wallis para a variável Tempo de Estadia em Portugal, no índice de Auto-Determinação

Para um nível de significância de 0.05 ($\alpha=0.05$) e, com base no teste de Kruskal-Wallis, se Asymp. Sig for maior que α , tal significa que não existem diferenças significativas na variável em questão, para o índice de Auto-Determinação.

De acordo com a Tabela 34, o valor obtido é de 0.296, ou seja, $0.296 > 0.05$, logo não existem diferenças significativas no índice de Auto-Determinação se atendermos à variável independente Tempo de Estadia em Portugal. A resposta à questão é, portanto, não.

11. Será que existe correlação significativa entre os índices de Aculturação e Auto-Determinação em pessoas Refugiadas, em Portugal?

Para respondermos a esta questão de investigação, e dado que se trata de uma variável com distribuição não normal, recorreremos ao teste de correlação de Spearman para um nível de significância de 0.05, cujos resultados encontram-se na tabela seguinte.

Teste de Correlação de Spearman		
	Aculturação	Auto-Determinação
Aculturação	-	0.873
Auto-Determinação		-

Tabela 35. Valores da correlação entre Aculturação e Auto-Determinação

No que respeita aos testes de correlação refere-se que, se $r > \alpha$ sendo $\alpha = 0.05$ não existe correlação, pelo contrário se $r < \alpha$ sendo $\alpha = 0.05$ existe correlação significativa entre as variáveis.

Como se constata através da Tabela 35, os valores obtidos (0.873) são superiores ao nível de significância (0.05), logo conclui-se que não existe correlação significativa entre os índices de Aculturação e os índices de Auto-Determinação, para um nível de significância de 0.05.

V - DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos resultados, obtidos através do estudo à nossa população indica que os refugiados apresentam valores, na Escala de Aculturação, significativamente altos, indicando a relevância que este processo adaptativo tem no momento da sua chegada e sequente tempo de estadia no país de acolhimento.

Segundo Cabassa (2003), este fenómeno implica que esta população sofreu/sofre mudanças a nível psicológico e social, que grupo e indivíduos experimentam quando entram num contexto cultural novo e diferente do seu. Segundo o mesmo autor o alto índice de Aculturação pressupõe que a população do estudo atravessou um processo interactivo, de desenvolvimento, multifactorial e multidimensional, que de certa maneira alterou a sua visão do mundo, bem como do seu papel na sociedade.

Numa contextualização, à nossa população deste paradigma, e através da análise dos resultados obtidos nas subescalas da Escala de Aculturação aplicada à nossa população podemos afirmar que:

O índice de Assimilação de Refugiados em Portugal, é bastante significativo, o que segundo a teoria de Berry *et al* (1984) sugere que esta é uma população que no momento do seu processo aculturativo, aceita e absorve os valores culturais da cultura de acolhimento.

O índice de Separação de Refugiados em Portugal, é pouco significativo, o que segundo a teoria de Berry *et al* (1984) sugere que esta é uma população que no momento do seu processo aculturativo, não adere aos valores da sua cultura de origem, em detrimento à aceitação da cultura de acolhimento.

O índice de Integração de Refugiados em Portugal, é bastante significativo, o que segundo a teoria de Berry *et al* (1984) sugere que esta é uma população que no momento do seu processo aculturativo, aceita e adere aos valores e normas culturais de ambas as culturas, tanto da de origem como à de seu acolhimento.

O índice de Marginalização de Refugiados em Portugal, é pouco significativo, o que segundo a teoria de Berry *et al* (1984) sugere que esta é uma população que no momento do seu processo aculturativo, não rejeita totalmente os valores de nenhuma das culturas, nem de origem nem de acolhimento. Quando analisado este factor sob a teoria de Birman *et al* (2002), seria de esperar que houvesse uma maior adopção deste processo aculturativo. Esta seria a resposta à questão se os refugiados em Portugal, tal como os do estudo da autora tenderiam a rejeitar ambas as culturas por falta de ajustamento às mudanças que o factor contexto cultural os obriga diariamente.

Uma análise mais profunda dos resultados indicar-nos-à que embora a nossa população nos indique índices significativos tanto na subescala de Assimilação, como na subescala de Integração, os resultados da subescala de Assimilação encontram-se um pouco mais distanciados da Média da Escala do que na subescala de Integração sugerindo-nos à luz da teoria de Berry *et al* (1984), que a população do estudo, durante o seu processo aculturativo aceita e absorve os valores culturais da cultura de acolhimento.

Na leitura da realidade nacional e conjugando os dados fornecidos pelo Conselho Português para os Refugiados e as conclusões da Comissão Europeia (2005), também o contexto do sistema de acolhimento é potenciador de que tal aconteça. Quando o refugiado chega a território nacional, é admitido por um sistema que se por um lado o potencia para se integrar, a sociedade civil por outro lado discrimina-o ou pelo menos não age como facilitadora dessa mesma integração. Não resta outra alternativa, nesta dualidade de contextos, tal como aos refugiados judeus do estudo de Birman *et al* (2002) que a Assimilação.

Segundo a teoria de Berry (1980), a resposta às perguntas “*Será que devo valorizar e manter a minha identidade e características culturais?*”, e “*Será que devo valorizar a manutenção de relações com outros grupos?*”, a população deste estudo tem respondido Não à primeira e Sim à segunda enfatizando assim os factores de divergência nas duas dimensões do seu processo aculturativo na chegada a Portugal.

Embora as questões fundamentais deste estudo não pretendessem contextualizar os índices de Aculturação e Auto-Determinação de Refugiados em Portugal, justificando-se nas premissas

individuais de cada participante, algumas Variáveis Independentes foram analisadas na tentativa de especificação dos resultados de cada uma das Escalas. Assim e através da leitura dos dados podemos afirmar que:

O Índice de Aculturação da população estudada, não oscila de acordo com a Idade, o que nos sugere que o indivíduo, que se enquadram nas categorias por este estudo analisadas sofre um processo aculturativo, com um alto nível de Assimilação mas cuja variação não está interligado com a idade que tem.

O Índice de Aculturação da população estudada, não oscila de acordo com o Género, o que nos sugere que o indivíduo, pertencente às categorias por este estudo analisadas sofre um processo aculturativo, com um alto nível de Assimilação mas que este factor não varia segundo o seu género.

O Índice de Aculturação da população estudada, não oscila de acordo com a Nacionalidade, o que nos sugere que o indivíduo, pertencente às categorias por este estudo analisadas sofre um processo aculturativo, com um alto nível de Assimilação mas cuja variação não está interligado com a sua nacionalidade. Este ponto sugere-nos também que a maneira como todos os sujeitos do estudo atravessaram o processo aculturativo não sofreu nenhuma alteração radical oscilando de cultura para cultura, embora exista diversidade multicultural presente na população do estudo.

O Índice de Aculturação da população estudada, não oscila de acordo com o Tempo de Estadia em Portugal, o que nos sugere que o indivíduo, pertencente às categorias por este estudo analisadas sofre um processo aculturativo, com um alto nível de Assimilação, e que este não oscila consoante o indivíduo está há mais ou menos tempo em Portugal. Este ponto sugere-nos que ou o índice dos processos aculturativos de Berry *et al* (1984) não variam significativamente por um período igual ou menor que oito anos (tempo máximo encontrado no estudo), ou que este processo tem um carácter de permanência nos sujeitos analisados pelo estudo, cuja longevidade para além dos oito anos não pode ser analisada. Se assim for contradiz-se a teoria de Gordon (1995), em que se afirma que “ o processo aculturativo pode ser conceptualizado como um movimento ao longo de um *continuum*, variando desde a imersão do indivíduo da sua cultura de origem para a emersão na cultura dominante que o acolhe.”

A análise dos resultados, obtidos através do estudo à nossa população indica que os sujeitos deste estudo apresentam valores, na Escala de Auto-Determinação, significativamente altos, indicando segundo a teoria de Deci (2000) o comportamento motivado intrinsecamente dos sujeitos analisados pelo estudo está directamente relacionado com o interesse do indivíduo, distanciando-se da sua consequência e que está sustentado na satisfação das necessidades de Autonomia e Competência.

Numa contextualização, à nossa população deste paradigma, e através da análise dos resultados obtidos nas subescalas da Escala de Auto-Determinação aplicada à nossa população podemos afirmar que:

O índice de Percepção do *Self* de Refugiados em Portugal, é significativo, embora não se afaste muito da Média da subescala o que segundo a teoria de Deci (2000) sugere que esta é uma população que no momento do seu processo aculturativo, não adere aos Processos Regulatórios de Regulação Externa ou de Introjeção.

O índice de Percepção da Escolha de Refugiados em Portugal, é bastante significativo, o que segundo a teoria de Deci (2000) sugere que esta é uma população que no momento do seu processo aculturativo, atravessa processos de regulação motivacional ou de; Identificação em que o indivíduo reconhece e aceita o valor subliminar do comportamento e que através da valorização, deste comportamento, terá um maior nível de aceitação para com ele e conseqüentemente de maior identificação. Desta maneira, a interiorização dar-se através de um comportamento autónomo mas ao mesmo tempo extrinsecamente motivado, já que continuará a ser uma operacionalização do meio exterior, mas que neste caso se manifesta saudavelmente ao bem-estar do indivíduo; Ou de Integração envolvendo nos seus processos motivacionais não só a identificação para com o valor inerente ao comportamento e sua importância, mas também a sua integração por parte do indivíduo. Através deste processo, o indivíduo aceita completamente as circunstâncias do comportamento como as interioriza de maneira harmoniosa e coerente com os seus próprios valores e identidade.

O cruzamento dos resultados obtidos da população do estudo, com os resultados das Variáveis independentes permite-nos a leitura que:

O Índice de Auto-Determinação da população estudada, não oscila de acordo com a Idade, o que nos sugere que o indivíduo, pertencente às categorias por este estudo analisadas sofre processos regulatórios motivacionais, com um alto nível de Percepção da Escolha e índice significativo de Percepção da Escolha mas cuja variação não está interligado com a idade que tem.

O Índice de Auto-Determinação da população estudada, não oscila de acordo com o Género, o que nos sugere que o indivíduo, pertencente às categorias por este estudo analisadas sofre processos regulatórios motivacionais, com um alto nível de Percepção da Escolha e índice significativo de Percepção da Escolha mas que este factor não varia segundo o seu género.

O Índice de Auto-Determinação da população estudada, não oscila de acordo consoante a sua Nacionalidade, o que nos sugere que o indivíduo, pertencente às categorias por este estudo analisadas sofre processos regulatórios motivacionais, com um alto nível de Percepção da Escolha e índice significativo de Percepção da Escolha mas cuja variação não está interligado com a sua nacionalidade e conseqüentemente negando assimetrias culturais de origem no que a este factor diz respeito.

O Índice de Auto-Determinação da população estudada, não oscila de acordo com o Tempo de Estadia em Portugal, o que nos sugere que o indivíduo, pertencente às categorias por este estudo analisadas sofre processos regulatórios motivacionais, com um alto nível de Percepção da Escolha e índice significativo de Percepção da Escolha e que este factor não oscila consoante o indivíduo está há mais ou menos tempo em Portugal.

Numa tentativa de enriquecer os resultados deste estudo, e embora não se tenha encontrado durante a feitura da Recensão Bibliográfica de nenhum autor que comprove a tentativa de análise das duas escalas, suas subescalas e população em causa, o estudo elaborou ainda a correlação entre o índice de índice de Aculturação e os índices de Percepção do *Self* e Percepção da Escolha em pessoas Refugiadas, em Portugal, sobre o qual e segundo a leitura dos resultados obtidos não se verificou correlação significativa.

Elaborou-se ainda a correlação entre o índice de Auto-Determinação e os índices de Assimilação, Separação, Integração e Marginalização em pessoas Refugiadas, em Portugal, sobre o qual e segundo a leitura dos resultados obtidos não se verificou correlação significativa.

Por razões anteriormente explicadas, os resultados anteriormente descritos não podem ser corroborados por outros autores, porém sugerem-nos que as variações tanto nas Escalas de Aculturação como da de Auto-Determinação, estão dependentes uma da outra nas suas oscilações.

VI - CONCLUSÕES

Muitos são os estudos que se podem encontrar referentes á exploração dos processos de adaptação aculturativa em imigrantes. Destes podemos retirar que estes processos implicam situações que podem levar a mudanças radicais no quotidiano de quem os vive. Se por um lado a cultura dominante normalmente é pouco alterada, na maioria dos casos o imigrante vê-se confrontado á chegada ao seu país de acolhimento com realidades que por vezes podem estar no oposto de tudo o que viveu até então, obrigando a adaptar-se da melhor maneira que consegue e a incluir-se num novo conjunto de regras e valores para o qual nunca se preparou muitas vezes com os entraves que uma sociedade com pouca preparação para os acolher, pode impor.

No caso da população refugiada, a situação é agravada por factores de histórias de vida conturbadas, de mudanças de contexto repentinas, de fugas a perseguições e até mesmo de perigo de vida. Os caminhos que percorreram até chegarem a território seguro, muitas vezes são tão traumatizantes como as situações que levaram á saída da sua terra natal.

Esta investigação pretende, através da análise dos processos avaliados a análise dos dois factores, externos ao individuo que nos permitirão por um lado através da Escala de Aculturação analisar o processo de adaptação que a amostra atravessa, e ao mesmo tempo estudar, através da Escala de Auto-Determinação determinar de que maneira o meio envolvente o facilita em questões de processos regulatórios motivacionais.

Assim, a partir da discussão dos resultados pode-se concluir que os indivíduos demonstraram ter passado por processos de aculturação com bastante significado nas suas vivências. Os membros do grupo estudado variam nos níveis de aceitação e absorção dos valores culturais portugueses, vivendo quotidianos que oscilam entre a integração e a assimilação á

realidade portuguesa que na prática se opõem aos níveis muito baixos de marginalização e separação também demonstrados pela amostra.

Este facto leva-nos á conclusão que o refugiado ou requerente de asilo em Portugal, consegue através dos serviços de apoio ao imigrante estabelecer estilos de vida que variam entre o esquecimento total das vivências culturais do seu país de origem ou um estilo de vida em que embora integrado na sociedade consegue manter alguns traços da cultura em que foi criado.

A constatação dos resultados permite-nos ainda concluir que todo este processo integrativo ou de assimilação, não varia nem no tempo, nem na idade da pessoa, nem da sua nacionalidade. Isto leva-nos a crer que todos os refugiados da amostra assumiram processos de aculturação cujas suas características culturais de origem e diferentes etapas de vida, não foram entraves para a sua adaptação. É de salientar o facto de também ambos os sexos demonstraram os mesmos resultados, o que nos demonstra que ambos homens e mulheres viveram todo o processo aculturativo com a mesma intensidade.

De facto, podemos concluir que os refugiados estudados demonstraram uma boa aceitação dos valores e estilos de vida portugueses e que alguns deles conseguem manter alguns hábitos e costumes das suas culturas de origem. Se pensarmos na confusão e mudanças radicais que viveram desde o momento da sua saída no país de origem, e durante o período em que a sociedade portuguesa os acolheu, encontramos a necessidade da exploração de como esse acolhimento se reflectiu no seu bem-estar psicológico e consequentemente na sua saúde mental.

Através da análise dos resultados, podemos concluir que todo este processo de aculturação na sociedade portuguesa foi feita com o apoio positivo, ás necessidades psicológicas motivacionais dos participantes, por parte das pessoas que os rodeiam. Os participantes neste estudo demonstraram sentir-se autónomos e competentes nas escolhas que fazem no seu dia a dia, e que para além disso conseguem estabelecer relações de reciprocidade com os portugueses. Além disso podemos concluir que esta motivação positiva está presente em ambos os sexos, e em todas as faixas etárias e nacionalidades de origem, a leitura destes resultados leva-nos á conclusão que todos eles se adaptaram aos valores culturais portugueses sem terem nas suas características pessoais um obstáculo que lhes dificultasse as escolhas que tiveram que tomar.

Embora não existam correlações significativas entre os dois processos, podemos concluir que os refugiados abordados pelo estudo, conseguiram integrar-se na sociedade portuguesa e nos seus valores culturais, e que esta integração ou assimilação de valores foi potenciada por um meio envolvente que lhes deu liberdade e apoio suficiente para que fizessem as suas próprias escolhas.

VII - LIMITAÇÕES DO ESTUDO

No momento da realização do presente estudo foram encontradas algumas limitações que nos parecem importantes de salientar.

O numero de participantes, que por ser reduzido não oferece a oportunidade de extrapolação ao todo da comunidade refugiada e/ou requerente de asilo.

O facto de o estudo não querer, por premissa primordial, invadir a privacidade da vida dos seus participantes, e muito menos na sua história de vida passada ou qualquer outro factor que lhes provoque moléstia, para alem de dados gerais e das respostas às perguntas das escalas e subescalas.

O facto de ambas as escalas e suas subescalas, não estarem aferidas à população em questão, muito menos em território nacional.

VIII - PROPOSTAS DE INVESTIGAÇÃO

Em primeiro lugar considera-se importante o alargar este estudo a uma amostra mais significativa e representativa da população refugiada e/ou requerente de asilo, para que os resultados pudessem ser extrapolados para esta população.

Paralelamente, poder se ia fazer o estudo comparativo dentro da comunidade que abrangesse vários estágios de Tempo de Estadia em território nacional, dado que este estudo permitiria traçar um *continuum* dos factores em questão, entre os períodos mais curtos e os mais longos, e a partir daí tirar ilações.

Urge a necessidade de estudos, que contemplem mais história de vida, e a confrontação entre factores culturais chave da cultura de origem e os do acolhimento.

E por ultimo, estudos transversais, que permitam não só analisar o ponto de vista do refugiado, mas também das atitudes e comportamentos das culturas que os acolhem.

VIII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abbing, F. (2004). Construir uma Política Comum Europeia sobre Refugiados: Quais são os desafios? *Actas do IV Congresso Internacional "O Alargamento da União Europeia e a Proteção dos Refugiados*. Documento não publicado

ACNUR (1992). *Manual de procedimentos e critérios a aplicar para determinar o Estatuto de Refugiado*. Genebra: ACNUR

Arbex, C. (1999). *Actuar com a comunidade Cigana*. Ed. Rede Europeia Anti-Pobreza. Portugal

Barry, T. D. (2001), *Development of a new scale for measuring acculturation: the East Asian Acculturation Measure (EAAM)* In Journal of Immigrant Health, vol. 3, nº 4, pp.193-197

Bartolomé, M. (2000). *La construccion de la identidad en contextos multiculturales*. Espanha: Ed. Centro de Investigação e Documentacion Educativa/Ministério de Educacion e Deporte. Consultado em 03 de Novembro de 2004 através de <http://www.mec.es/cide/publicaciones/textos/col149/14901.htm>

Berry, J. W. (1980). *Acculturation as varieties of adaptation: In: Padilla A., (ed.) Acculturation: Theory, Models and Some New Findings*. Boulder, CO; Westview pp. 9-25

Berry, J. W. (1997). *Immigration, Acculturation and Adaptation*. In Applied Psychology: An International Review, vol. 46, nº 1, pp. 5-68

Berry, J. W., Poortinga, Y. H., Segall, M. H., & Dasen, P. R., (1992) *Cross-cultural psychology: Research na Applications*. USA: Cambridge University Press

Bickman, L. & Rog, D. (1998) *Handbook of Applied Social Research Methods*. Pp. 473-505 London: Sage Publications

Birman, D. (1994). *Acculturation and Human Diversity in a Multicultural Society: In Human*

Diversity: Perspectives on people in context. San Francisco: Jossey Bass, pp. 261-284

Birman, D. & Trickett, E (2002). *Acculturation and Adaptation of Soviet Jewish Refugees Adolescents: Predictors of Adjustment Across Life Domains*. In *American Journal of Community Psychology*. vol. 30, nº 5, pp. 585-667

Cabassa, L. J., (2003). *Measuring Acculturation: Where We Are and Where We Need to Go*. *Hispanic Journal of Behavioral Sciences*, vol.25, nº2. Maio, pp.127-146

Collen, W. & Deuba, A. R.(1999) *Acculturation and Adaptation Revisited* In *Journal of Cross Cultural Psychology*, vol.30, nº4, pp. 422-442

Comissão Europeia (2004) Comunicação da Comissão Europeia ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu e ao comité das Regiões, relativa à imigração, à integração e ao emprego. Documento não publicado Consultado em 30 de Abril de 2005 através de <http://europa.eu.int/scadplus/leg/pt/cha/c10611.htm>

Conselho Português para os Refugiados (1994). *O Asilo em Portugal* - volume I. Lisboa: Conselho Português para os Refugiados

Conselho Português para os Refugiados (1996). *O Asilo em Portugal* – volume II. Lisboa: Conselho Português para os Refugiados

Conselho Português para os Refugiados (2002). *Relatório 2001*. Lisboa: CPR

Conselho Português para os Refugiados (2003). *Relatório 2002*. Lisboa: CPR

Conselho Português para os Refugiados (2004). *Relatório 2003*. Lisboa: CPR

Conselho Português para os Refugiados (2004). *Acção Solidária com os Refugiados*. Lisboa: CPR

Deci, E. L. & Ryan, R. M. (1985). *Intrinsic motivation and Self-determination in human behavior*. In *Psychological Inquiry* (2000), vol.11, nº4 pp.227-268. New York: Plenum Publishing Corporation

Deci, E. L. & Sheldon, K. M. (1996). *The Self Determination Scale*. University of Rochester. Consultado em 1 de Fevereiro de 2005 através de <http://www.psych.rochester.edu/SDT/theory.html>

Deci, E. L. & Ryan, R. M. (2000). *The “what” and the “why” not of goal pursuits*. In *Psychological Inquiry*, vol.11, nº4, pp.227-268

Dona, G. & Berry, J. W. (1994). *Acculturation Attitudes and Acculturative Stress of Central American Refugees*. In *International Journal of Psychology*, vol. 29, nº1, pp.57-70

Egg, A. E., (1987) *Diccionario de trabajo social*. Buenos Aires:Ed. Humanitas. Consultado em 6 de Dezembro de 2004 através de <http://www.lafacu.com/apuntes/geografia/Aculturation/default.htm>

Hastrud, K. (1995) *A Passage to Antropology. Between Experience and Theory*. pp 9-25 London: Routledge

Herkovits, M (1973) *El Hombre y sus Obras*. México:Ed. Fondo de Cultura Económica Consultado em 6 de Dezembro de 2004 através de <http://www.lafacu.com/apuntes/geografia/Aculturation/default.htm>

Judd, C., Smith, E. & Kidder, L. (1991) *Research Methods in Social Relations* pp.270-275 Philadelphia: Sanders College Publishing

Lomer, W. & Berry, J. (Editores) (1986). *Field Methods in Cross Cultural Research, Vol.8*. EUA:Sage Publications

Manstead, A. & Hewstone, M. (ed.) (1995) *The Blackwell Encyclopedia of Social Psychology* pp. 385-387 Cambridge: Blackwell Publishers

Moore, W. (1987) *Cambio Social*. Mexico: Ed. Union Tipográfica Hispano Americana.
Consultado em 6 de Dezembro de 2004 através de
<http://www.lafacu.com/apuntes/geografia/Aculturation/default.htm>

Moreira, C. (1994) *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Pandey, J. (1990) *The Environment, Culture and Behavior. Applied Cross-Cultural Psychology*. In *Cross-Cultural Research and Methodology Séries*, vol.14 pp.254-277 London: Sage Publications

Pascoal, L. (ed.) (1996) *Teoria e Métodos de Medida em Ciências do Comportamento*. pp.294-296 Brasília: Laboratório de Pesquisa em Avaliação e Medida/Instituto de Psicologia

Preda, A. (2003). *The Principle of Self-Determination and National Minorities*. In *Dialectical Anthropology*, 27. pp.205-226 Netherlands: Kluwer Academic Publishers

Reis, E.; Melo, P., Andrade, R. & Calapez, T. (1996) *Estatística Aplicada*. Lisboa: Edições Silabo, Lda

Ryan, R. M. , & Deci, E. L.(2000). Self-Determination theory and the facilitation of intrinsic motivation, social development, and well-being. In *American Psychologist* (2000), vol. 55, nº1, pp.68-78. American Psychologist Association

Ryan, R.& Guardia, J. L. (2000). *What is being optimised?: Self-determination theory and basics psychological needs*. In *Psychology and the aging revolution: How we adapt to a longer life*.pp.145-172 Washington: American Psychological Association

Sheldon, K. M., Ryan, R., & Reis, H. T. (1996). *What makes for a good day? Competence and autonomy in the day and in the person*. In *Personality and Social Psychology Bulletin*, nº22, pp. 1270-1279

Sheldon, M. K., & Kim, Y.(2001) *What Is Satisfying About Satisfying Events? Testing 10 Candidate Psychological Needs* In *Journal of Personality and Social Psychology*, vol. 80, nº 2, pp.325-339

Sonderegger, R., Barrett, P. & Creed (2004) *Models of Cultural Adjustment for Child and Adolescent Migrants to Austràlia: Internal Process and Situational Factors*. In *Journal of Child and Family Studies*, vol.13, nº3, pp. 357-371

Sprague, J., & Hayes, J. (2000). Self-Determination and Empowerment: A Feminist Standpoint Analysis of Talk about Disability. In American Journal of Community Psychology, vol.28, nº5, pp.671-691. Plenum Publishing Corporation

Stregon, C. (1998) *Research Methods for the Behavioral Sciences*. pp. 103-124 Boston: Houghton Mifflin Company

Trickett, J., Watts, J., & Birman, D. (Editores) (1994). *Human Diversity: Perspectives on People Context*. San Francisco: Jossey Bass Publishers